

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC**  
**UASG: 980301**



**MINUTA DE EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90061/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018490/2025 - SMEC**

**DO OBJETO:** EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS, SOB DEMANDA, DE ESGOTO DE FOSSAS SÉPTICAS, LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA, DESENTUPIMENTOS E DESOBSTRUÇÃO DE TUBULAÇÕES E REDES ATRAVÉS DE HIDROJATEAMENTO, CONFORME AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC (ÓRGÃO GERENCIADOR) E PARTICIPANTES.

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 3.221.475,90 (três milhões duzentos e vinte e um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e novecentos centavos).

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** MENOR PREÇO POR GRUPO.

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO.

**INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 09/06/2026.

**HORA INICIAL:** 09:00h (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA (DISPUTA):** 23/06/2026.

**HORA INICIAL:** 09:30h (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF).

**DEMAIS INFORMAÇÕES:**

**E-mail:** [pregao.pmbv@gmail.com](mailto:pregao.pmbv@gmail.com)

**CONTATO TELEFÔNICO:** (95) 98410-6664

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista – RR  
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC**  
**UASG: 980301**



**PREÂMBULO:**

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, torna pública a realização da licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS**, cujo critério de julgamento das propostas será: **MENOR PREÇO** por **GRUPO**, a ser realizada as **09:30 horas** (Horário de Brasília - DF), no **dia 23/06/2026**, regida pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar nº 123/2006**, pelo **Decreto Municipal nº 083E/2025**, pelo **Decreto Municipal SRP 093E/2025**, pela **IN SEGES/ME nº 73/2022** (quando a licitação envolver recursos federais oriundos de transferências voluntárias), e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

**PARA ESTA LICITAÇÃO NÃO SERÁ ADOTADA A RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO OBJETO, PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, POR SE TRATAR DE UM SERVIÇO, SENDO O GRUPO DISPOSTO PARA A AMPLA CONCORRÊNCIA.**

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

**1.1.** O Pregão será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases;

**1.2.** A licitação será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) do Município de Boa Vista/RR, o(a) Sr(a) **JOSÉ CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO**, designado pelo **Decreto n.º 0389/P-2026**, publicado no **DOM N° 6573 de 10/04/2026**, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos, por meio de Sistema Eletrônico: **www.gov.br/compras**.

**2. DO OBJETO:**

**2.1** O Objeto da presente licitação é **EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS, SOB DEMANDA, DE ESGOTO DE FOSSAS SÉPTICAS, LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA, DESENTUPIMENTOS E DESOBSTRUÇÃO DE TUBULAÇÕES E REDES ATRAVÉS DE HIDROJATEAMENTO, CONFORME AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC (ÓRGÃO GERENCIADOR) E PARTICIPANTES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e seus anexos;

**2.2** A licitação será dividida **em GRUPO**, conforme tabela constante do **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital), facultando-se ao licitante a participação no grupo se for de seu interesse.

**3. ÁREA SOLICITANTE:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC**  
**UASG: 980301**



3.1. Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC

#### **4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**

4.1. Cópia deste instrumento convocatório estará disponível nos sítios eletrônicos: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras); <http://transparencia.boavista.rr.gov.br/licitacoes>; e [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp);

4.1.1. Os licitantes e demais interessados deverão acompanhar o andamento da licitação e as devidas publicações nos sítios eletrônicos: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp); no Diário Oficial da União (DOU); no Diário Oficial do Estado de Roraima (DOE); no Diário Oficial do Município de Boa Vista (DOM); e no Jornal Folha de Boa Vista <https://www.folhabv.com.br>; quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

4.2. Qualquer pessoa é parte legítima para IMPUGNAR este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar ESCLARECIMENTO sobre seus termos, devendo **protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, conforme o art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, de forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico: [pregao.pmbv@gmail.com](mailto:pregao.pmbv@gmail.com);

4.2.1. A inobservância do prazo legal citado no **subitem 4.2** decairá o direito de impugnação e do pedido de esclarecimentos aos termos deste edital.

4.3 O agente de contratação ou a comissão de contratação responderá as solicitações de esclarecimentos e impugnações aos editais até o último dia útil anterior à data prevista da abertura do certame;

4.3.1 As **respostas das solicitações de esclarecimentos e impugnações** serão **divulgadas** no sistema eletrônico que operacionaliza o certame licitatório, podendo ser consultadas nos sítios eletrônicos oficiais [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e/ou [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

4.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos **não suspendem os prazos** previstos no certame;

4.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

4.5. Quando o pedido de impugnação ou de esclarecimento se tratar especificamente de temas alheios a competência do(a) Pregoeiro(a), ou seja, temas quanto as especificações técnicas ou vinculados ao **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital), este poderá encaminhar o referido pedido à Secretaria Demandante para que o mesmo se pronuncie acerca do questionamento, devendo respondê-lo no prazo preestabelecido. Caso não o faça, o certame será suspenso **Sine-Die**, até que os questionamentos sejam sanados;

4.6. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

4.7. O Município não se responsabilizará pelas impugnações e pedidos de esclarecimentos que forem apresentados em endereços diversos dos indicados no **subitem 4.2** deste Edital, e que por esta razão não foram apresentados dentro do prazo legal;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA****SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

**4.8.** A contagem do **prazo de até 3 (três) dias úteis** antes da data prevista de abertura do certame será realizada conforme o art. 183 da Lei Federal 14133/2021 e art. 56 do Decreto Municipal 083/E de 11 de agosto de 2025.

## **5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

**5.1.** Poderão participar desta licitação: Pessoa jurídica; Consórcio de Pessoas Jurídicas; Profissionais organizados sob a forma de Cooperativa, nos termos do artigo 16, da Lei nº 14.1333/2021; Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações; cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras));

**5.1.1.** Será admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a respectiva está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

**5.1.2.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

**5.1.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

**5.1.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

**5.1.5.** A não observância do disposto no **subitem 5.1.4** poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

**5.1.6.** Será concedido tratamento favorecido e diferenciado para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015;

**5.1.7.** Será concedido tratamento diferenciado e favorecido para as Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP, conforme as disposições constantes na Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, desde que observado:

- a) se o valor estimado da licitação não ultrapassa a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte- EPP (art.4º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021);
- b) se as Empresas de Pequeno Porte - EPP, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte-EPP (art.4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC**  
**UASG: 980301**



**5.1.7.1.** Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nas **alíneas “a” e “b”, do item 5.1.7.**

**5.2. Não poderá participar da presente licitação empresa:**

- a)** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
- b)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c)** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h)** agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do artigo 9º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- i)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- j)** Que se declarar ME/EPP e estiver incluída em alguma das hipóteses previstas no art. 3º, §4º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações;
- k)** Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- l)** empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

**5.2.1.** O impedimento de que trata a **alínea “d”** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

**5.2.2.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as **alíneas “b” e “c”** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

**5.2.3.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC**  
**UASG: 980301**



**5.2.4.** O disposto nas **alíneas “b” e “c”** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

**5.2.5.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

**5.2.6.** A vedação de que trata a **alínea “h”** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**5.3.** A observância das vedações constantes no **item 5.2**, suas alíneas e subitens é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:**

**6.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;

**6.1.1** - Após a divulgação do edital nos meios eletrônicos, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta **com o preço**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**6.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante **declarará**, em campo próprio do sistema, que:

**6.2.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**6.2.2.** inexistem fatos impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar a superveniência de ocorrência impeditiva;

**6.2.3.** cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

**6.2.4.** está ciente em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

**6.2.5.** observa os incisos III e IV, do artigo 1º e cumpre o disposto no inciso III, do artigo 5º, todos da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano e degradante;

**6.2.6.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA****SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

**6.2.7.** cumpre a reserva de cargos prevista em Lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

**6.3.** O licitante organizado em **cooperativa** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

**6.4.** O fornecedor enquadrado como **microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa** deverá **declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo apto a usufruir do tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como de que não possui contratos com a Administração Pública cujo os valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte.

**6.4.1.** no grupo em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**6.5.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA****SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

**6.6** - A falsidade da declaração de que tratam os **itens 6.2 e 6.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital;

**6.7** - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

**6.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

**6.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;

**6.10.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

**6.11.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

**6.12.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.12.1.** Valor total do **GRUPO**;

**6.12.2.** Descrição detalhada do objeto.

**6.13.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**6.13.1.** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo **inferior** ao máximo previsto para contratação, conforme disposto no **subitem 18.3 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital).

**6.14.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

**6.15.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

**6.16.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

**6.17.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

**6.18.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital), assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

**6.19.1.** O prazo de validade da proposta será de no **mínimo 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação (art. 90, §3º, e art. 155, VI, da Lei nº 14.133/2021);





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC**  
**UASG: 980301**



**6.19.2.** A proposta que não apresentar o prazo de validade, será considerada válida por no **mínimo 60 (sessenta) dias**;

**6.19.3.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**6.19.3.1.** Considerando que o critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO**, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital;

**7.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a data e horário definidos no edital para abertura da sessão pública;

**7.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes;

**7.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

**7.5.** O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do ITEM**;

**7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;

**7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

**7.8.** A proposta e os lances deverão referir-se à integralidade do **GRUPO**, **ademais, o GRUPO não deverá possuir itens com valores superiores ao estimado**;

**7.8.1.** Os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país, com 2 (duas) casas decimais;

**7.8.2.** Para efeito de julgamento, serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, caso apresentado.

**7.9.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances;

**7.10.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo);

**7.11.** O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, **no intervalo de quinze segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

**7.12.** O procedimento seguirá o modo de disputa **ABERTO**;

**7.12.1.** Por se tratar de **modo de disputa aberto**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**7.12.1.1.** A etapa de lances da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA****SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

**7.12.1.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o **subitem anterior**, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

**7.12.1.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida **nos itens anteriores**, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;

**7.12.1.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o Pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da **disputa aberta**, para a definição das demais colocações;

**7.12.1.5.** Após o reinício previsto no **item supra**, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores;

**7.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

**7.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;

**7.16.** No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;

**7.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo **superior a dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **vinte e quatro horas** da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação;

**7.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;

**7.19.** Em relação ao **GRUPO não exclusivo** para participação de Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015;

**7.19.1.** Nessas condições, as propostas de Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

**7.19.2.** A mais bem classificada nos termos do **subitem anterior** terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

**7.19.3.** Caso a Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC**  
**UASG: 980301**



cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

**7.19.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado **sorteio** entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

**7.19.5.** A obtenção do benefício a que se refere o **subitem 7.19.4** fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**7.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances);

**7.20.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

**a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**c)** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**d)** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.20.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**a)** empresas estabelecidas no Estado de Roraima;

**b)** empresas brasileiras;

**c)** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**d)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**7.20.3.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em Lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por **sorteio**, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo, nos termos do § 2º do artigo 28 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 2024.

**7.21.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá **negociar** condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento;

**7.21.1.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão do local de entrega, conforme consta no **subitem 18.4 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

**7.21.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA****SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC  
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED  
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC  
UASG: 980301**

**7.21.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

**7.21.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

**7.21.5.** O (a) Pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo mínimo de 2 (duas) horas**, envie, por meio do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, e, se necessário, os documentos complementares;

**7.21.5.1.** **É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, por igual período previsto no item 7.21.5 do Edital.**

**7.21.6.** Na proposta reformulada deverá constar a mesma marca da proposta eletrônica inicialmente apresentada, sob pena de desclassificação.

**7.22.** Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14, da Lei nº 14.133/2021, demais legislações correlatas, e no **item 5.2, subitens e alíneas deste Edital**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros, nos termos do artigo 91, §4º, da Lei nº 14.133/2021:

**a)** SICAF;

**b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**c)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**8.2.** A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante;

**8.2.1.** A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada Lei.

**8.3 -** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput);

**8.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);

**8.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º);

**8.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA****SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC  
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED  
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC  
UASG: 980301**

**8.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido e diferenciado às ME/EPP, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 5.1.7 e 6.4** deste edital;

**8.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;

**8.6.** Será **desclassificada** a proposta vencedora que, nos termos do artigo 59, da Lei nº 14.1333/2021:

**a)** conter vícios insanáveis;

**b)** não obedecer às especificações técnicas contidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

**c)** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**e)** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

**8.8.** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada;

**8.8.** O (a) Pregoeiro (a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada;

**8.9.** A inexequibilidade só será considerada após diligência do (a) Pregoeiro (a), que comprove:

**a)** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**b)** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.10.** Em contratação de **bens e serviços em geral**, além das disposições contidas no **item 8.9 e alíneas**, é indício de inexequibilidade das propostas valores **inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado** pela Administração;

**8.11.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta;

**8.12.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**8.12.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**8.12.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC**  
**UASG: 980301**



**8.13.** Quando houver necessidade, o (a)Pregoeiro(a) encaminhará a proposta adequada ao último lance ofertado na etapa de negociação pela arrematante e a planilha de composição de preços e demais solicitadas neste edital, **à Secretaria Municipal demandante, para análise e parecer quanto à disposição dos preços e custos apresentados**, considerando o atendimento das especificações do objeto, que determinará a aceitabilidade ou a recusa das mesmas, devidamente fundamentada;

**8.14.** A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes;

**8.15.** Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, **o (a) Pregoeiro (a)**, verificará a documentação de **habilitação** do licitante conforme disposições neste edital.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

**9.1** – Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas pelo licitante vencedor**, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento, devendo ser apresentada pelo licitante, exclusivamente por meio do sistema eletrônico Compras.Gov, no prazo e no campo específicos estabelecidos neste edital, sob pena de inabilitação. (art. 63, inciso II, da Lei nº 14.133/2021);

**9.2** - Serão exigidos para fins de habilitação, os documentos previstos no **item 14, subitens, alíneas e incisos do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021;

**9.2.1** - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**9.2.1.1** - A consulta a registros cadastrais oficiais, tais como o Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, será considerada como procedimento secundário e subsidiário, devendo ser realizada apenas se o licitante **declarar expressamente** que os documentos exigidos no sistema Compras.Gov encontram-se atualizados e constantes em seu cadastro, dentro do prazo de validade.

**9.3** – Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

- a)** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**9.3.1** - Na análise dos documentos de habilitação, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA****SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC  
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED  
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC  
UASG: 980301**

**9.4.** No caso de participação de consórcio de empresas, a **habilitação técnica**, quando exigida no **Termo de Referência**, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de **habilitação econômico-financeira**, quando exigida no **Termo de Referência**, será observado o somatório dos valores de cada consorciado;

**9.4.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por Microempresas-ME ou Empresas de Pequeno Porte-EPP e o **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) exigir requisitos de **habilitação econômico-financeira**, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificativa.

**9.5** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação e as demais exigidas neste edital e anexos, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, sob pena de inabilitação (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

**9.6** - Será facultado ao licitante realizar vistoria prévia nos locais dos serviços, mediante agendamento com a SUEM/SMEC, por meio do e-mail: smec.suem@edu.pmbv.rr.gov.br, sendo disponibilizado data e horário para este fim. Caso o licitante opte por realizar a vistoria, deverá ser feita por representante devidamente identificado e autorizado. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços de instalação, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes, conforme **subitem 7.2.7 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

**9.7** - A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;

**9.7.1** - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º);

**9.7.2** - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput);

**9.7.3** - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, quando esse fizer composição dos documentos de habilitação, conforme **subitem 9.2.1.1**. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único);

**9.7.4** - A verificação **pelo(a) pregoeiro(a)**, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**9.8** - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 2 (duas) horas**, a contar da convocação do(a) pregoeiro(a);

**9.8.1** - É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, por igual período previsto no item 9.6 do Edital.

**9.8.1.1** - O não cumprimento do prazo estabelecido para a entrega da documentação, ou a apresentação de documentação incompleta ou irregular, implicará na inabilitação do licitante, sem prejuízo de outras sanções previstas neste edital e na legislação aplicável.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC**  
**UASG: 980301**



**9.9** - A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor. Ainda, os registros cadastrais oficiais, como o SICAF, poderão ser utilizados como fonte de consulta subsidiária, exclusivamente para verificar informações complementares às apresentadas pelo licitante, desde que haja manifestação expressa do mesmo nesse sentido;

**9.9.1** - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**9.10** - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, **o(a) pregoeiro(a)** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 9.8**;

**9.11** - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata **o subitem anterior**;

**9.12** - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas - ME e das empresas de Pequeno Porte - EPP somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006);

**9.12.1** As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**9.12.2** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**9.12.3** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 9.10.2**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**9.13** – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, observando-se ainda o seguinte:

- a) se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **matriz**, ou;
- b) se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **filial**, **exceto** quanto à Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, por constar no corpo das certidões supra, serem válidas para **matriz** e **filiais**, assim como quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos **centralizado**, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a **centralização**, ou;
- c) se o licitante for à **matriz** e o **executor do objeto** for à **filial**, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da **matriz** e da **filial**, simultaneamente. A mesma situação



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC**  
**UASG: 980301**



fica configurada quando o licitante for à **filial** e o **executor do objeto** for a **matriz**, observando-se o disposto na **alínea “a” deste item**, quanto à centralização de recolhimentos dos encargos;

**d)** serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

**9.14** – Quando houver necessidade, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará os documentos de habilitação à **Secretaria demandante**, para análise e parecer das exigências técnicas dispostas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

**9.14.1** - Após a manifestação da Secretaria demandante, o(a) Pregoeiro(a) fará a conferência das demais documentações e procederá com o julgamento da fase habilitatória.

**9.15** - Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

**9.16** - Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital).

## **10. DOS RECURSOS:**

**10.1.** Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 caberá a interposição de **recurso**, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou da lavratura da ata, em face de (artigo 165, da Lei nº 14.133/2021):

**a)** ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

**b)** julgamento das propostas;

**c)** ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

**d)** anulação ou revogação da licitação;

**e)** extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

**10.1.1.** Caberá o **pedido de reconsideração**, no prazo de **03(três) dias úteis**, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

**10.2.** Quando o recurso apresentado impugnar o **julgamento das propostas** ou o **ato de habilitação ou inabilitação** do licitante, serão observadas as seguintes disposições:

**10.2.1.** Qualquer licitante poderá, no prazo de **até 10 (dez minutos)**, de forma imediata, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, **manifestar sua intenção de recorrer**, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

**10.2.2.** As **razões do recurso** deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de **habilitação ou inabilitação**;

**10.2.3.** A apreciação do recurso dar-se-á em fase única.

**10.3.** Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas **contrarrrazões**, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso;

**10.4.** O recurso de que trata o **subitem 10.1 e alíneas** deste edital será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC**  
**UASG: 980301**



prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a **autoridade superior**, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos;

**10.5.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, o qual deverá solicitar os respectivos por meio do endereço eletrônico: **pregao.pmbv@gmail.com**;

**10.6.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados;

**10.7.** O recurso e o pedido de reconsideração terão **efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, nos termos do artigo 168 da Lei nº 14.133/2021;

**10.8.** Da aplicação das sanções previstas no **item 18.2** deste edital caberá recurso, conforme disposto nos **subitens 18.12 e 18.13**.

## **11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:**

**11.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo de compras e contratações será encaminhado para a Secretaria Municipal de Controle e Transparência – SMCT, ou seja, o órgão de Controle Interno da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, como terceira linha de defesa de que trata o inciso III do art. 169 da Lei Federal n. 14.133/2021, para análise técnica dos procedimentos licitatórios realizados, considerando o artigo 72 do Decreto Municipal nº 083/E 2025, no que tange:

**11.1.1** A análise técnica, de que trata o subitem anterior, será dispensada quando a contratação, oriunda de procedimento licitatório, inexigibilidade ou dispensa de licitação, não ultrapassar o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

**11.2.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

## **12. DO CONTRATO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**12.1.** Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de **até 05 (cinco) dias corridos**, conforme estabelecido no **subitem 8.3.2 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis;

**12.1.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**12.2.** Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC**  
**UASG: 980301**



**12.3.** Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do **item 12.2** deste edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

- a)** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
- b)** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**12.4.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação;

**12.4.1.** A regra do **item 12.4** não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da alínea “a”, do **item 12.3**.

**12.5.** Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de **rescisão contratual**, observados os mesmos critérios estabelecidos nos **subitens 12.2 e 12.3**;

**12.6.** Não será admitida a **subcontratação** do objeto contratual, conforme justificativa constante no **subitem 6.1 e 6.2 e subitens do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

**12.7.** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação. (art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021);

**12.8.** As regras aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços, no âmbito do presente certame, estão disciplinadas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta da Ata de Registro de Preços** (Anexo II deste Edital), em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº 093/E, de 26 de agosto de 2025;

**12.8.1.** A gestão, a formalização e a utilização da Ata de Registro de Preços observarão, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis;

**12.8.2.** Os casos omissos serão resolvidos pela Administração com fundamento na legislação federal, municipal e demais instrumentos normativos pertinentes, aplicando-se subsidiariamente as regras gerais de licitações e contratos administrativos.

### **13. DA GARANTIA DO CONTRATO:**

**13.1** - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes no **subitem 6.11 e 6.12 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC**  
**UASG: 980301**




---

**14. DA EXECUÇÃO DO OBJETO / GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**


---

**14.1.** A execução, gestão e fiscalização do objeto será conforme apresentado nos **itens 7 e 8 e seus respectivos subitens do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

**14.2.** Além das previstas neste edital deverão ser observadas as regras estabelecidas no art. 140 da Lei 14.133/2021, no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III deste Edital);

**14.3.** As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades, conforme regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III deste Edital).

---

**15. DO PAGAMENTO:**


---

**15.1** – O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado conforme as formas, condições e prazos estabelecidos nos **subitens 13.1 e 13.2 e respectivos subitens do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

**15.2** - Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III deste Edital).

---

**16. DO REAJUSTE:**


---

**16.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado **da data do orçamento estimado em 18/05/2026**, conforme mencionado no **subitem 13.3.1 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

**16.2.** Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados, se houver solicitação ou ressalva ao direito de reajuste pelo contratado, até antes da celebração do aditamento de vigência, sendo considerado o silêncio como renúncia ou preclusão lógica;

**16.3.** Em caso de solicitação de reajuste pelo contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

**16.4.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

**16.5.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

**16.6.** O reajuste será realizado por apostilamento, sem obrigatoriedade de remessa dos autos para consulta jurídica à Procuradoria Geral do Município;

**16.7.** Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III deste Edital).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC**  
**UASG: 980301**



## **17. DA GARANTIA DO OBJETO:**

**17.1** A garantia dos serviços deverá constar na NOTA FISCAL emitida pela CONTRATADA após a realização dos serviços e da seguinte forma:

**17.2** O prazo máximo para a solução de qualquer problema será de uma hora antes da realização dos serviços, entregues, se comprometendo dentro do prazo estabelecido nessa garantia, refazer, substituir, os defeitos ou incorreções resultantes;

**17.3** A garantia legal do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual;

**17.4.** Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III deste Edital).

## **18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**18.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pela prática das infrações dispostas no artigo 155, e incisos, da Lei nº 14.133/2021;

**18.2.** Serão aplicadas, ao(s) responsável(eis) pelas infrações administrativas, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, observados os dispositivos contantes no §1º, do artigo 156, da Lei nº 14.133/2021, e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**18.3.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração;

**18.4.** Na aplicação das sanções serão observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**18.5.** A sanção de multa, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, da Lei nº 14.133/2021;

**18.5.1.** No caso de infrações cometidas na fase licitatória, para aplicação da sanção de multa serão observados os percentuais definidos no **item 18.5** e na Lei nº 14.133/2021, levando em consideração o princípio da razoabilidade;

**18.5.2.** Nos demais casos, para a aplicação de sanção de multa, serão observados os percentuais estabelecidos pela autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, discriminadas no



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA****SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

**subitem 10.5 e alíneas do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital), bem como a regra estabelecida no **item 18.5** e o princípio da razoabilidade.

**18.6.** Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

**18.7.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

**18.8.** A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa discriminada no inciso I, do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**18.9.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do **Município de Boa Vista/RR, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;**

**18.10.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do **caput**, do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo **prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;**

**18.11.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

**18.12.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

**18.13.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento;

**18.14.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

**18.15.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

**18.16.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA****SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC  
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED  
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC  
UASG: 980301**

na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei;

**18.17.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

**18.18.** No caso de aplicação de sanção de impedimento de contratar ou de declaração de inidoneidade enquanto ainda em curso prazo decorrente de sanção anteriormente imposta importará no somatório dos períodos, não sendo admitido qualquer tipo de compensação ou redução, exceto nos casos de reabilitação nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

**18.19.** Será admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente, com o disposto nos incisos I ao V, do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021;

**18.20.** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável;

**18.21.** Compete à Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC a instauração e condução de processo administrativo destinado à apuração de infrações eventualmente cometidas pelos licitantes durante a fase de licitação, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com observância dos procedimentos e prazos legais.

**18.21.1.** A aplicação das sanções observará o disposto nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições constantes no Decreto Municipal nº 083/E, de 11 de agosto de 2025;

**18.21.2.** Nos casos específicos de procedimentos relacionados ao Sistema de Registro de Preços, aplicar-se-á, ainda, o Decreto Municipal nº 093/E, de 26 de agosto de 2025, em especial quanto às regras próprias de gestão e penalidades;

**18.21.3.** Nos demais casos, caberá à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante realizar todo o procedimento para abertura de processo para apuração e aplicação das penalizações previstas em Lei.

**18.22 -** A SMLIC e a autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, deverão informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP). (art. 161 da Lei nº 14.133/2021);

**18.23 -** Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III deste Edital).

**19. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA****SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

**19.1.** O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

**19.2.** Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

**19.3.** O(a) Pregoeiro(a), no interesse da administração, poderá adotar medidas saneadoras durante o certame e, em especial, na sessão do pregão, relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto nos incisos I e II do art. 64, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

**19.3.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento referente as propostas de preços e os documentos de habilitação, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24h (vinte e quatro horas) de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

**19.3.2.** Se houver solicitação de documentos em diligências, deverão ser apresentados via sistema;

**19.3.3.** O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

**19.4.** A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

**19.5.** A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município **revogá-la**, no todo ou em parte, por razões de conveniência e oportunidade, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado ou **anulá-la** por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado na SMLIC para conhecimento dos participantes da licitação;

**19.6.** Qualquer modificação no presente edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;

**19.7.** Em casos de equívocos de digitação no texto do presente edital ou em seus anexos, será publicado um adendo retificador e/ou esclarecedor, contendo as devidas correções para melhor compreensão dos licitantes, evitando possíveis desentendimentos;

**19.8.** Fica o licitante ciente que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste;

**19.9.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a);

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC**  
**UASG: 980301**



**19.10.** O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos. E em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital;

**19.11.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

**19.12.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

**19.13.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

**19.14.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;

**19.15.** Fica eleito o foro da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação;

**19.16.** Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- c) Anexo III – Minuta Contratual;
- d) Anexo IV – Modelo de Planilha / Proposta de Preço.

Boa Vista – RR, data constante no sistema.

**Elaborado por:**

Assinatura Eletrônica  
**Cleice Mendonça da Silva**  
Divisão de Editais e Instrumentos Convocatórios – DEIC  
Matrícula: 960552-1

**Aprovado por:**

Assinatura Eletrônica  
**Miguel Faustino de Carvalho Netto**  
Secretário Municipal de Licitações e Compras SMLIC/PMBV



## TERMO DE REFERÊNCIA CONSOLIDADO

### 1. APRESENTAÇÃO

**1.1** Este Termo de Referência engloba o conjunto de elementos necessários e suficientes para a caracterização do objeto;

Sugere-se a adoção da modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA** para Registro de Preços.

**1.2** O julgamento das propostas será realizado pelo critério: menor preço; por **GRUPO**, nos termos do §2º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021 c/c §1º do art. 19 do Decreto Municipal nº 093/2025, dos incisos I, II, III e IV do parágrafo único do art. 61 do Decreto Municipal nº 083/2025 e inciso VI do art. 17, e caput do art. 19 do Decreto Municipal 093/2025).

**1.2.1.1** O regime de execução do contrato será: **empreitada por preço unitário**.

**1.2.1.2** Por se tratar de Registro de Preços consta no anexo II, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos. (artigo 82, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

### 2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**2.1** Este Termo de Referência foi elaborado conforme a Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 083/E 2025, e Decreto Municipal nº 093/2025.

### 3. DO OBJETO

**3.1** O presente Termo de Referência tem por objeto **Eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos, sob demanda, de esgoto de fossas sépticas, limpeza de caixa de gordura, desentupimentos e desobstrução de tubulações e redes através de hidrojateamento, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC (Órgão Gerenciador) e participantes.**

**3.2** As especificações, unidades e quantidades da presente contratação estão descritas no ANEXO I deste Termo;

**3.3** Trata-se de serviços de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado, conforme inciso XIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021, c/c art. 4º, inciso I ou II do Decreto Municipal nº 083/2025;

**3.4** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme inciso III, art. 4º do Decreto Municipal nº 083/E 2025.

**3.5** A Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, será o Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

**3.5.1** Órgão(s) Participante(s) é/são:

**3.5.2** Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADS;

**3.5.4** Os itens e quantidades almejadas pelo Órgão Gerenciador, bem como pelo Órgão Participante, constam no **Anexo I**.

### 4 DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**4.1** Das justificativas da necessidade:

**4.1.1** Da SMEC:

**4.1.1.1** A Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) enfrenta uma alta demanda de serviços gerada pela expansão das unidades escolares no município de Boa Vista. Com o aumento da demanda, gerado principalmente pelo cenário atual de imigração, torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados contínuos para garantir a correta operação dos sistemas de esgoto nas unidades da SMEC. Esses serviços incluem o esgotamento de fossas sépticas, limpeza de caixas de gordura, desobstrução de tubulações e hidrojateamento, limpeza e desentupimento de equipamentos sanitários.

**4.1.1.2** A prestação desses serviços é essencial para garantir a saúde pública e o bem-estar de alunos, servidores e demais usuários dessas unidades, prevenindo problemas relacionados à obstrução e ao mau funcionamento dos sistemas de esgoto. Além disso, esses serviços são fundamentais para a conformidade das unidades com as exigências sanitárias e ambientais vigentes, evitando riscos à saúde e a necessidade de intervenções emergenciais.

E-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)

(95) 3621-1733

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São

Francisco, Boa Vista - RR. CFP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 65709DBED



**4.1.1.3** A falta de tais serviços pode levar ao desgaste prematuro das instalações, gerando danos significativos às estruturas físicas das escolas.

#### 4.2. SEMADS:

**4.2.1** Justifica-se pela necessidade de garantir a manutenção adequada das condições sanitárias das unidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADS, com o fim de assegurar que essas estruturas funcionem corretamente, evitando possíveis danos à saúde decorrentes de falta de higienização.

### 5 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

**5.1** Pelas justificativas apresentadas em função das necessidades institucionais, a prestação de serviço contínuo de limpeza de fossas sépticas, filtros e sumidouros, incluindo a drenagem de esgotos em geral, colunas e coletoras será feita por meio de **caminhão-tanque com capacidade mínima de 8.000 litros** e dispositivo de sucção, com transporte e destinação adequada dos resíduos em conformidade com a legislação ambiental.

**5.1.1.** A realização de serviço contínuo de limpeza e desentupimento de vasos sanitários, pias e mictórios, mediante o uso de equipamentos específicos e adequados à remoção de detritos e obstruções, garantindo o pleno funcionamento das instalações sanitárias. O serviço inclui o deslocamento da equipe técnica e dos equipamentos até os locais de execução, conforme demanda e endereços constantes no ANEXO III deste Instrumento.

**5.1.2.** A execução de serviço contínuo de limpeza de caixas de gordura, com uso de caminhão tanque equipado com dispositivos de sucção, assegurando a retirada dos resíduos acumulados e a destinação final em local ambientalmente licenciado. O serviço será prestado conforme demanda das unidades e nos endereços listados no ANEXO III.

**5.1.3.** O serviço contínuo de desobstrução de redes, canos e tubulações por meio de hidrojateamento de alta pressão, visando à remoção de resíduos impregnados e ao restabelecimento da fluidez dos sistemas. A atividade inclui a limpeza de caixas de inspeção, tubulações e ralos, com o deslocamento do caminhão de hidrojateamento até os locais de atendimento indicados no ANEXO III deste instrumento.

**5.1.4.** A prestação dos serviços será feita conforme demanda das unidades, garantindo resposta eficiente às ocorrências e contribuindo para a preservação das condições sanitárias e de saúde pública, evitando paralisações das atividades escolares e administrativas. A contratação centralizada desses serviços representa uma solução técnica, econômica e operacionalmente viável, considerando a complexidade das intervenções e a ausência de equipe técnica e equipamentos próprios por parte da administração pública.

**5.1.5.** Considerando que parte das unidades escolares e sedes administrativas da SMEC está localizada na zona rural e em áreas indígenas, incluindo regiões cujo acesso se dá por travessia fluvial (balsa), destaca-se que, embora o deslocamento até esses pontos demande logística diferenciada em comparação à zona urbana, não há impedimentos técnicos relevantes que inviabilizem o atendimento. Dessa forma, **todos os endereços listados no Anexo III** deste instrumento deverão ser integralmente atendidos, cabendo à contratada prever, em sua proposta, todos os custos logísticos relacionados à execução dos serviços, inclusive transporte de pessoal e equipamentos.

#### 5.2. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

**5.2.1** O agrupamento dos itens mencionados fundamenta-se na afinidade de uso e destinação comum, visto que são serviços complementares entre si. Tal associação assegura maior padronização do fornecimento, facilidade logística e uniformidade na qualidade dos serviços.

**5.2.2.** A medida também encontra respaldo no art. 11, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, que determina que as contratações devem observar a padronização do objeto e a vantajosidade para a Administração Pública, bem como no princípio da eficiência administrativa, previsto no art. 5º, caput, do mesmo diploma legal.

#### 5.3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

E-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)

(95) 3621-1733

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São

Francisco, Boa Vista - RR. CFP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 65709DBED



**5.3.1.** No que pese a vigência da Lei Federal nº 14.133/2021, sobretudo, a necessidade estampada de período para implantação e realização de possíveis ajustes da referida Lei, tal como, a previsão contida no art. 12, inciso VII da Lei Federal nº 14.133/2021 conjugado com o Decreto Municipal nº 083/2025, que recomendam a elaboração do Plano de Contratações Municipal -PCM. Destacamos que o objeto da presente demanda possui A Previsão da demanda no Plano de Contratações Municipal (PCM): ABA 2 “Contratações e LOA, ID 42.

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 6.1 Subcontratações:

**6.2** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme justificativa;

**6.2.1** Justificativa da vedação - Considerando a natureza contínua e sob demanda da contratação e a necessidade de controle direto sobre a execução e qualidade dos serviços. Essa medida visa otimizar a gestão e fiscalização contratual, garantindo maior controle sobre a execução e qualidade dos serviços prestados. Salientamos ainda que a subcontratação é uma medida excepcional, aplicável apenas em contratos de alta complexidade, cuja participação de terceiros se justifica pela necessidade técnica de mão de obra especializada para a execução de partes do objeto, o que não se aplica ao presente caso.

**6.2.2** A CONTRATADA deverá fornecer uma declaração confirmando que possui pleno conhecimento das condições necessárias para a execução do serviço.

### 6.3. Da Sustentabilidade:

**6.4.** Contaminação do solo e dos corpos hídricos caso os resíduos sejam descartados de forma inadequada;

**6.5.** Emissão de odores desagradáveis durante o transporte ou manuseio de detritos;

**6.6.** Riscos à saúde pública e ao meio ambiente em decorrência de vazamentos ou falhas nos equipamentos utilizados.

**6.7.** O uso de equipamentos adequados e em bom estado de conservação;

**6.8.** Adoção de procedimentos compatíveis com as normas da ABNT, CONAMA, ANA e ANVISA;

**6.9.** Apresentação de comprovantes de destinação final ambientalmente adequada dos resíduos coletados, conforme previsto na **Lei nº 12.305/2010** (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

**6.10.** A adoção de medidas mitigadoras adequadas pode minimizar esses impactos e promover a sustentabilidade das ações. São medidas essenciais para garantir que os serviços sejam realizados de forma ambientalmente responsável e segura.

### 6.11. Da Garantia contratual:

**6.12.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

### 6.13. Das condições das propostas:

**6.13.1.** A proposta de preços será elaborada considerando o tipo de licitação, e os preços propostos não poderão ser superiores aos orçados pela administração, e devem incluir todos os insumos que os compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto da licitação;

**6.13.2.** A Proposta terá sua validade mínima de **60 (sessenta) dias**;

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 7.1. SMEC:

**7.1.1.** A execução do objeto deverá respeitar as normas técnicas e sanitárias vigentes, incluindo as diretrizes estabelecidas pelas normas ABNT, Ministério do Trabalho, Resolução nº 357/2005 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), que dispõe sobre o tratamento de efluentes e o manejo adequado de resíduos

E-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)

(95) 3621-1733

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São

Francisco. Boa Vista - RR. CFP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED





**Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC**

Superintendência de Planejamento – SUPLA

Gerência de Processos – GEPRO



sólidos, bem como as normas de saúde pública relativas ao saneamento básico, como a Lei nº 11.445/2007, Portaria nº 518/2004 do Ministério da Saúde aplicáveis à constituição de todos os itens deste Termo de Referência;

**7.1.1.2** A empresa contratada deverá executar o objeto conforme a Ordem de Serviço emitida pela Contratante, observando integralmente as disposições deste Termo de Referência, inclusive no que se refere aos prazos e às garantias estabelecidas. O descumprimento das obrigações assumidas poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

**7.1.1.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, inclusive equipamentos, materiais, transporte, encargos, licenças, taxas, tributos e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços.

**7.1.1.4.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**7.1.1.5.** A contratada deverá utilizar equipamentos apropriados e certificados, tais como caminhões tanque com capacidade mínima de 8.000 litros, sistema de hidrojetamento de alta pressão, dispositivos de sucção de detritos, câmeras de sondagem e equipamentos de segurança (EPs e EPCs).

**7.1.1.6.** Deverá ser adotada, pela contratada, **medidas de segurança e saúde ocupacional** para proteger seus trabalhadores durante a execução dos serviços, práticas que minimizem os riscos de acidentes e doenças ocupacionais, incluindo medidas específicas para trabalhos em altura (NR 35) e em espaços confinados (NR 33), assegurando a integridade física dos trabalhadores envolvidos.

**7.1.1.7.** A execução dos serviços **deverá ser acompanhada de relatório técnico** descritivo com registros fotográficos, detalhando o antes e o depois da execução, além da confirmação de execução assinada pela gestão da unidade **escolar** e/ou agente designado. A assinatura da gestão entra como parte do controle operacional, não como ato formal de atesto para pagamento, no qual, somente os fiscais e os gestores do contrato têm competência legal para atestarem a execução do objeto e autorizarem o trâmite de liquidação/pagamento.

**7.1.1.8.** A CONTRATADA deverá observar as disposições da **Lei nº 12.305/2010** (Política Nacional de Resíduos Sólidos), que regula o gerenciamento e o destino adequado dos resíduos, incluindo efluentes, materiais de esgoto e resíduos provenientes das fossas sépticas, caixas de gordura e tubulações desobstruídas. Deverá ser apresentado **comprovante de destinação final ambientalmente adequada dos resíduos coletados**.

**7.1.1.9.** Os serviços de esgotamento de fossas sépticas, limpeza de caixas de gordura e desobstrução de tubulações e redes devem atender às normas técnicas estabelecidas pela **ABNT NBR 7229/1993**, que trata do projeto, execução e operação de sistemas de esgoto sanitário, e pela **NBR 13969/1997**, que trata do sistema de fossas sépticas.

**7.1.1.10.** Os serviços devem ser executados conforme a **Resolução CONAMA nº 430/2011**, que trata da destinação de efluentes e resíduos líquidos de sistemas de esgoto e fossas sépticas.

**7.1.1.11.** No caso de empresas estrangeiras, estas devem apresentar, no momento da assinatura do contrato, a solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

**7.1.2 SEMADS:**

**7.1.2.1** Os serviços serão executados, sempre que solicitados, de acordo com a necessidade, através de solicitação expressa ou meios eletrônicos.

**7.1.2.2** A prestação de serviço contínuo de limpeza de fossas sépticas, filtros e sumidouros, incluindo a drenagem de esgotos em geral, colunas e coletoras, será feita por meio de caminhão-tanque com capacidade mínima de 8.000 litros e dispositivo de secção, com transporte e destinação adequada dos resíduos em conformidade com a legislação ambiental.

**7.1.2.3** A realização de serviço contínuo de limpeza e desentupimento de vasos sanitários, pias e mictórios, mediante o uso de equipamentos específicos e adequados à remoção de detritos e obstruções, garantindo o pleno funcionamento das instalações sanitárias.

E-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)

(95) 3621-1733

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São

Francisco, Boa Vista - RR. CEP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 65709DBED

**Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC**

Superintendência de Planejamento – SUPLA

Gerência de Processos – GEPRO



**7.1.2.4** A prestação dos serviços será feita conforme demanda das unidades, garantindo resposta eficiente às ocorrências e contribuindo para a preservação das condições sanitária e de saúde pública, evitando paralisações das atividades desenvolvidas.

**7.2. Do Local do serviço:****SMEC:**

**7.2.1.** Os serviços deverão ser executados no local indicado, determinados pela CONTRATANTE quando da emissão da Ordem de Serviço, conforme endereços listados no **anexo III** deste instrumento, e um telefone 24h para eventuais casos emergências.

**7.2.2.** As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

**7.2.3.** A contratada poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

**7.2.4.** Os serviços solicitados deverão ser efetivados tanto na aérea urbana quanto rural, por profissional capacitado, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA ser definido na Ordem de Serviço.

**7.2.5.** A execução do serviço ocorrerá de forma programada, pois os serviços a serem executados devem ocorrer **sob demanda**, de maneira a garantir o atingimento do objeto pretendido.

**7.2.6.** Os serviços fornecidos deverão atender o padrão de identidade e qualidade de acordo com a legislação vigente;

**7.2.7.** Será facultado ao licitante realizar vistoria prévia nos locais dos serviços, mediante agendamento com a SUEM/SMEC, por meio do e-mail: [smec.suem@edu.pmbv.rr.gov.br](mailto:smec.suem@edu.pmbv.rr.gov.br), sendo disponibilizado data e horário para este fim. Caso o licitante opte por realizar a vistoria, deverá ser feita por representante devidamente identificado e autorizado. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços de instalação, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**7.3. SEMADS:**

**7.3.1** Os serviços serão executados, sempre que solicitados, de acordo com a necessidades, nos locais especificados pela Contratante, incluindo o deslocamento da equipe técnica e dos equipamentos até os locais de execução, conforme demanda e endereços descritos na relação de local de execução.

**7.3.2** Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 24 horas, contados da emissão da Ordem de Serviço.

**7.4. Do detalhamento dos serviços:**

**7.4.1.** A CONTRATANTE se obriga a disponibilizar o local durante o tempo que se fizer necessário, a fim de possibilitar que a CONTRATADA execute o serviço, preferencialmente em horários que não causem prejuízo quanto à paralisação do serviço;

**7.4.2.** Em caso de alteração do dia do serviço agendado, por qualquer das partes, estas deverão comunicar uma à outra, com aviso prévio de 02 (dois) dias úteis para agendamento de uma nova data, sendo juntado aos autos declaração acerca da mudança;

**7.4.3.** Todos os endereços listados no Anexo III deste Termo deverão ser integralmente atendidos, cabendo à contratada prever, em sua proposta, todos os custos logísticos relacionados à execução dos serviços, inclusive transporte de pessoal e equipamentos.

**7.4.4. Do prazo da entrega dos serviços:**

**7.4.4.1** Os serviços deverão ser concluídos no prazo estabelecido na ordem de serviço (O.S), contados a partir do recebimento do documento pelo contratado, cujo prazo será definido pelo contratante com base na quantidade de serviços solicitados por O.S individualizada.

**7.4.5. Do recebimento do Objeto:**E-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)

(95) 3621-1733

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São

Francisco. Boa Vista - RR. CFP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED

**7.4.5.1.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.4.5.2.** Os serviços serão **recebidos provisoriamente**, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, pelo(s) responsável(eis) por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021).

**7.4.5.3.** Os serviços serão **recebidos definitivamente** no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**7.4.5.4.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução dos contratos.

## **7.5. Requisitos da Garantia do Objeto:**

**7.5.1** A garantia dos serviços deverá constar na NOTA FISCAL emitida pela CONTRATADA após a realização dos serviços e da seguinte forma:

**7.5.2** O prazo máximo para a solução de qualquer problema será de uma hora antes da realização dos serviços, entregues, se comprometendo dentro do prazo estabelecido nessa garantia, refazer, substituir, os defeitos ou incorreções resultantes.

**7.5.3** A garantia legal do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **8.3. Vigência e condições do contrato:**

**8.3.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

**8.3.2.** A Assinatura do Contrato deverá ocorrer em **até 05 (cinco) dias** corridos, através de assinatura digital, onde o instrumento contratual estará disponível no link do endereço eletrônico <http://portalcidadeao.prefeitura.boavista.br/default.aspx> ou da convocação para retirada do instrumento contratual;

**8.3.3.** O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** prorrogáveis na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, combinado com Decreto Municipal nº 083/E 2025;

**8.3.4.** Havendo necessidade, a Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, **acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei 14.133/2021.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:**

### **9.3. Obrigação da Contratante:**

**9.3.1.** Notificar por escrito a contratada toda e qualquer imperfeição, falha e/ou irregularidade verificada no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado e/ou corrigido;

**9.3.2.** Exigir a qualquer tempo da Contratada os documentos que comprovem o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato, bem como todas as qualificações que ensejarem sua habilitação;

**9.3.3.** Designar representantes para gestão e fiscalização do contrato dos termos do Decreto Municipal nº 083/E 2025, e art. 7º da Lei Federal nº 14.133/21;

**9.3.4.** Fiscalizar o objeto do contrato através do setor responsável por seu acompanhamento ou fiscalização, em conformidade com o Decreto Municipal nº 083/E 2025 e a Lei Federal nº 14.133/21;

**9.3.5.** Efetuar o pagamento à Contratada em conformidade com o disposto no item 14;

E-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)

**(95) 3621-1733**

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São

Francisco. Boa Vista - RR. CFP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadeao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**9.3.6.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ação e/ou omissão da Contratada, de seus empregados, prepostos e/ou subordinados;

#### **9.4. Obrigação da Contratada:**

**9.4.1.** Os serviços deverão ser executados conforme as exigências contidas neste Termo;

**9.4.2.** Durante a execução dos serviços, a contratada deverá manter o seu pessoal devidamente uniformizado e identificado por crachá, contendo: nome completo, função, fotografia recente, número de RG, quando em trabalho.

**9.4.3.** Indicar um preposto para representá-la durante a execução do contrato;

**9.4.4.** Assumir inteiramente a responsabilidade pela qualidade do serviço a ser fornecido, bem como designar para a realização dos serviços, somente empregados devidamente habilitados e capacitados tecnicamente, com conhecimento das normas regulamentadoras para prestar o serviço do objeto da licitação;

**9.4.5.** Possuir em seu quadro, responsável técnico habilitado para as etapas do serviço de coleta, transporte e destinação dos resíduos.

**9.4.6.** Entregar ao Fiscal Técnico relatório, assinado pelo Responsável Técnico, prestando todos os esclarecimentos necessários, mencionando os defeitos verificados, as providências adotadas, os serviços executados, as recomendações e orientações técnicas, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações da mesma, visando fiel cumprimento das obrigações assumidas;

**9.4.7.** Está cadastrado na agência nacional de transporte terrestre (ANTT) para permitir a emissão do certificado de registro nacional de transportadores rodoviários de carga terrestre.

**9.4.8.** Apresentação de Declaração de Viabilidade, Contrato, Termo de Anuência ou documento equivalente, emitido pela Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER) devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente. O documento deverá atestar inequivocamente a autorização para o recebimento e a destinação final adequada dos efluentes coletados.

**9.4.9.** Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por sua culpa ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes das ações judiciais movidas por terceiros, que venham a ser exigidas por força de lei;

**9.4.10.** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em ocorrência da espécie em que forem a ser vítimas os seus empregados durante a execução do objeto contratado ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências do Município de Boa Vista;

**9.4.11.** Manter durante todo o período da prestação do serviço as condições de habilitação e qualificação exigidas;

**9.4.12.** Manter equipe técnica disponível para atender eventuais chamadas fora do horário comercial, conforme exigência deste Termo.

#### **10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pela prática das infrações dispostas no artigo 155, e incisos, da Lei nº 14.133/2021;

**10.2.** Serão aplicadas, ao(s) responsável(eis) pelas infrações administrativas, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, observados os dispositivos constantes no §1º, do artigo 156, da Lei nº 14.133/2021, e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

**10.3.** A aplicação das sanções previstas no item anterior não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração;

E-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)

**(95) 3621-1733**

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São

Francisco, Boa Vista - RR. CFP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED





**10.4.** Na aplicação das sanções serão observadas:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.5.** No caso de sanção de multa, serão estabelecidos os seguintes percentuais:

- a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias corridos;

**a.1)** O atraso superior a 60 dias corridos autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

**10.6.** Compensatória, de **5% a 10%** do valor do Contrato, estabelecida por decisão da autoridade máxima do órgão, nos termos do art. 138, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 c/c Art. 61, §3º do Decreto Municipal nº 093/2025;

**10.7.** Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

**10.8.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

**10.9.** A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa discriminada no inciso I, do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, qual seja: dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**10.10.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

**10.11.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do caput, do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

**10.12.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

**10.13.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

**10.14.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento;

**10.15.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;



**10.16.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

**10.17.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei;

**10.18.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

**10.19.** No caso de aplicação de sanção de impedimento de contratar ou de declaração de inidoneidade enquanto ainda em curso prazo decorrente de sanção anteriormente imposta importará no somatório dos períodos, não sendo admitido qualquer tipo de compensação ou redução, exceto nos casos de reabilitação nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c art. 60 do Decreto Municipal nº 083/2025;

**10.20.** Será admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente, com o disposto nos incisos I ao V, do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021;

**10.21.** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## **11. DO PREPOSTO**

**11.1.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**11.2.** A Contratada deverá manter o preposto da empresa no local da execução do objeto, durante a execução do objeto.

**11.3.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## **12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

### **12.1. Do Gestor do contrato:**

**12.1.1.** O Gestor do Contrato é o responsável pelo gerenciamento do contrato, planejamento dos pedidos, coordenação da execução contratual, comunicação com a Contratada e elaboração das tratativas administrativas necessárias a fiel execução do objeto contratual, (art. 63º do Decreto nº 014/E, DE 24 de fevereiro de 2026.

**12.1.2.** O Gestor do Contrato será nomeado dentre os servidores da Contratante, por meio de Portaria.

**12.1.3.** O Gestor do Contrato deverá auxiliar e orientar a Fiscalização do Contrato sempre que necessário, visando a perfeita execução contratual.

### **12.2. Da fiscalização do contrato:**

**12.2.1.** As funções de fiscalização administrativa, técnica e/ou setorial de cada contrato poderão ser exercidas, em conjunto ou individualmente, por um ou mais fiscais, conforme designação, considerando a estrutura organizacional do órgão ou entidade contratante e a complexidade do objeto contratado, observadas as disposições do inciso VIII, IX e X do art. 3º c/c o arts. 65 ao 68 do decreto nº 014/E, DE 24 de fevereiro de 2026.

**12.2.2.** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º) (Decreto nº 014/E 2026, art. 67, Inciso X).



**12.2.3.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º) (Decreto nº 014/E 2026, art. 67, Inciso XII).

**12.2.4.** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual (Lei nº 14.133/2021, art. 117, 3º).

**12.2.5.** Os fiscais do contrato serão nomeados dentre os servidores da Contratante, por meio de Portaria (Decreto nº 014/E 2026, art. 77, §2º).

**12.2.6.** Esta fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios.

### 13. DO PAGAMENTO

#### 13.1. Liquidação:

**13.1.1.** A solicitação de pagamento deverá ser formalizada pelo Contratado, por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os documentos listados na Lei nº 14.133/2021;

**13.1.2.** Atestado o cumprimento do objeto do contrato pela fiscalização e a correta instrução do processo, após a autorização do ordenador, os autos deverão ser remetidos ao setor responsável pela liquidação da despesa e efetivação do pagamento. Conforme a Lei nº 14.133/2021;

**13.1.3.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **30 dias úteis** para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período;

**13.1.4.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

**13.1.5.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) A data da emissão;
- b) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) O período respectivo de execução do contrato;
- d) O valor a pagar;
- e) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

#### 13.1.6. Na Nota Fiscal/DANFE deverão constar:

**SMEC:** Nome: *MUNICÍPIO DE BOA VISTA/PREFEITURA MUNICIPAL.*

CNPJ: 05.943.030/0001-55

Endereço *Palácio 09 de Julho – Rua General Penha Brasil, nº 1011 – Bairro São Francisco – CEP: 69.305-130.*

*Número do Empenho.*

**SEMADS:** A Nota Fiscal/Fatura deverá vir em nome da Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR, no endereço *Palácio 09 de julho – Rua General Penha Brasil, 1011 – São Francisco – CEP: 69.305-130, CNPJ: 05.943.030/0001-55, a qual deverá ser enviada para o e-mail: [protocolosemges@hotmail.com](mailto:protocolosemges@hotmail.com).*

**13.1.7.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**13.1.8.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

E-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)

(95) 3621-1733

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São

Francisco. Boa Vista - RR. CEP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 65709DBED



**Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC**

Superintendência de Planejamento – SUPLA

Gerência de Processos – GEPRO



**13.1.9.** Em caso de ausência de certidão de regularidade fiscal, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria-Geral do Município em caso de débito inscrito em dívida ativa. Conforme a Lei nº 14.133/2021;

**13.1.10.** Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos deverão ser remetidos à Procuradoria-Geral do Município para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito municipal;

**13.1.11. Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:**

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

**13.1.12.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

**13.1.13.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

**13.1.14.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

**13.1.15.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**13.2. Do prazo e forma pagamento:**

**13.2.1. DA SMEC:** O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Educação em **até 30 (trinta) dias** corridos, após a liquidação das notas fiscais/fatura, mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/Fatura/DANFE), devidamente atestada pelo (s) fiscal (is);

**13.2.2. DA SEMADS:** pagamento será efetuado pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS/SEMADS), em **até 30 (trinta) dias** corridos, após a liquidação das Notas Fiscais/Fatura, mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/Fatura), devidamente atestada pelo(s) fiscal(is).

**13.2.3.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice pertinente de correção monetária;

**13.2.4.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

**13.2.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

**13.2.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

**13.2.7.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

**13.2.8.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

**13.3. Do Reajuste:**

**13.3.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, constante nos autos elaborado pela **Gerência de Processos e Mapa Demonstrativo desta SMLIC em 18/05/2026 (NUP Nº 9.273949/2026);**

E-mail: cpl@boavista.rr.gov.br

(95) 3621-1733

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São

Francisco. Boa Vista - RR. CFP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUARIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC**

Superintendência de Planejamento – SUPLA

Gerência de Processos – GEPRO



**13.3.2.** Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados, se houver solicitação ou ressalva ao direito de reajuste pelo contratado, até antes da celebração do aditamento de vigência, sendo considerado o silêncio como renúncia ou preclusão lógica;

**13.3.3.** Em caso de solicitação de reajuste pelo contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Pesquisa Ampla ao Consumidor – IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

**13.3.4.** Deverão ser excluídos do cálculo do efeito financeiro do reajustamento eventuais parcelas cujo fornecimento se encontrem atrasadas por culpa do contratado;

**13.3.5.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

**13.3.6.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

**13.3.7.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);

**13.3.8.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

**13.3.9.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

**13.3.10.** O reajuste será realizado por apostilamento, sem obrigatoriedade de remessa dos autos para consulta jurídica à Procuradoria-Geral do Município.

#### **14. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DOS LICITANTES**

**14.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos apresentados nos itens seguintes, nos termos dos artigos 62 a 70, da Lei nº 14.133/21, e demais legislações correlatas;

**a) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**b) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**c) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**d) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**e) Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

**14.1.1.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **14.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

**14.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**14.2.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº

E-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)

(95) 3621-1733

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São

Francisco, Boa Vista - RR. CFP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 65709DBED

**Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC**

Superintendência de Planejamento – SUPLA

Gerência de Processos – GEPRO



1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**14.2.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**14.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**14.2.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**14.2.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**14.2.7.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**14.2.8.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**14.2.9.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

**14.2.10.** Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal;

**14.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

**14.3.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, inciso II, da Lei 14.133/2021);

**14.3.2.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

**14.3.3.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

**14.3.4.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

**14.3.5.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**14.3.6.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped; registrados ou autenticados nos órgãos competentes.

**14.3.7.** Será exigido para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;

**14.3.8.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

**14.3.9.** Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificativa. (Art. 15 § 1º da Lei 14.133/2021).

**14.3.10.** O acréscimo previsto no item **15.3.9** não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas, e pequenas empresas, assim definidas em Lei.

**14.4. Qualificação Técnica:**

**14.4.1.** Apresentar Alvará Sanitário, expedido pelo órgão competente, devidamente vigente e compatível com o objeto da licitação;

**14.4.2.** Licença Ambiental de Operação (LAO): Vigente, emitida pelo órgão ambiental competente, autorizando o transporte e destinação final de resíduos sanitários.

E-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)

(95) 3621-1733

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São

Francisco, Boa Vista - RR. CFP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 65709DBED

**14.4.3.** Declaração de Destinação Final: Documento assinado com a Companhia de Águas e

Esgotos de Roraima (CAER) ou estação de tratamento licenciada que receberá o efluente (descarte legal)

**14.4.4.** Registro ou inscrição válida e regular da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ao Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT) ou a outro conselho profissional legalmente competente, desde que compatível com as atividades objeto da contratação;

**14.4.5.** Comprovação de capacidade técnico-operacional para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

**14.4.6.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

**14.4.7.** Atestado(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

**14.4.8.** Atestado(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de **50% (cinquenta por cento)** do quantitativo estimado da parcela de maior relevância; **(Serviço contínuo de Limpeza de fossas sépticas, filtros e sumidouros).**

**14.4.9.** Responsável técnico habilitado e com experiência comprovada em serviços semelhantes.

**14.4.10.** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução,

**14.4.11.** Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional

**14.4.12.** O(s) atestado(s) exigido(s) deverão conter as seguintes informações: data de início e término dos serviços; local de execução; nome do contratante e pessoa jurídica e da pessoa jurídica contratada; nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) podendo ser do Conselhos: CREA; CRT ou outros conselhos legalmente competentes, desde que comprovada a compatibilidade com o objeto da contratação; especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados;

**14.4.13.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, devendo entregar, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços,

**14.4.14.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### **14.5. Das Declarações:**

**15.6.1** Declaração do licitante de que atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei (art. 63, I, da Lei 14.133/2021);

**15.6.2** Declaração do licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas (art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021);

**15.6.3** Declaração do licitante de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º, da Lei 14.133/2021);

**15.6.4** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação;

**15.6.5** A licitante deverá apresentar declaração de que não tenha celebrado contratos com a Administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

**15.6.6 Da participação de empresas reunidas em consórcio/Da participação de cooperativas/Da participação e dos benefícios da Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte-EPP:**

**15.6.6.1 Do Consórcio (arts. 15, da Lei nº 14.133/2021)**

E-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)

**(95) 3621-1733**

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São

Francisco. Boa Vista - RR. CFP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 65709DBED



**15.6.6.2** Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de construção do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

**15.6.6.3** Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio **homogêneo**, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas.

**15.6.6.4** Em caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio **heterogêneo**, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominante intelectual.

**15.6.6.5** Na hipótese do subitem “15.8.4.2”, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de construção do consórcio.

### **15.6.7 Das cooperativas (art. 16, da Lei 14.133/2021)**

**15.6.7.1** Será admitida a participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa, quando:

- b.1)** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b.2)** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- b.3)** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- b.4)** O registro previsto na Lei nº 5.764, de 1971, art. 107;
- b.5)** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- b.6)** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
  - I) ata de fundação;
  - II) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
  - III) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
  - IV) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
  - V) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
  - VI) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- b.7)** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### **15.6.8 Da Microempresa -ME e Empresa de Pequeno Porte:**

**15.6.8.1** Será admitida a participação de Microempresas -ME e Empresas de Pequeno Porte- EPP e concedidos os benefícios constantes no artigo 4º, caput, da Lei nº 14.133/2021 e nos artigos 42 a 49, da Lei Complementar nº 123/2006:

**15.6.8.2** A obtenção de benefícios a que se refere ao subitem 15.6.8.1. fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

**15.6.8.3** Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos na alínea “18.18”;

A licitante deverá apresentar declaração de que não tenha celebrado contratos com a Administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

E-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)

(95) 3621-1733

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São

Francisco. Boa Vista - RR. CEP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED





## 16 DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

**16.1.** O valor total estimado da contratação será de **R\$ 3.221.475,90 (três milhões duzentos e vinte e um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e novecentos centavos).**

**16.2.** Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados nas seguintes situações da Lei nº 14.133/2021;

**16.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada.

## 17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 17.1. DA SMEC:

**17.2.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR.

**17.3.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Unidade Orçamentária: 020701 – SMEC/CONVÊNIOS;
- b) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
- c) Unidade Orçamentária: 020702 - FUNDEB
- d) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

**17.4.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento;

### 17.5. SEMADS: Fundo Municipal.

- a) Unidade Orçamentária: 02 31 01
- b) Dotação Orçamentária: 08.122.0046.2455.0000
- c) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99

## 18.1. DO SISTEMA DE REGISTROS DE PREÇOS

**18.2.** O SRP será adotado quando a Administração Pública Municipal julgar pertinente, por meio de licitação nas modalidades pregão ou concorrência, ou mediante contratação direta, para a contratação de bens e serviços, incluindo obras e serviços de engenharia e arquitetura, e em especial, com base no Art. 4º do Decreto Municipal 093/2025, em especial:

- I. Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II. Quando for conveniente à aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- III. Quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade municipais, inclusive nas compras centralizadas;
- IV. Quando for atender à execução descentralizada de programa ou projeto municipal, estadual ou federal;
- V. Quando for atender à execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 6º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133/2021; VI – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente a ocasião, o quantitativo ou o valor a ser demandado pela Administração Pública Municipal;
- VI. Quando for a melhor opção para o atendimento do interesse público.

**§ 1º.** Para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia e arquitetura, conforme o art. 85 da Lei Federal n. 14.133/2021, serão observados os seguintes requisitos:

- I. Existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;
- II. Necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

**§ 2º.** Para as licitações de serviços de engenharia e arquitetura, de que trata o § 1º deste artigo, considera-se projeto padronizado o documento técnico que contenha as especificações usuais de mercado, suficientes



**Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC**

Superintendência de Planejamento – SUPLA

Gerência de Processos – GEPRO



e com nível de precisão adequado para caracterizar os serviços a serem realizados de forma padronizada, como o termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados.

**§ 3º.** O SRP poderá ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação, para a aquisição de bens ou a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade, conforme o § 6º do art. 82 da Lei Federal n. 14.133/2021.

**§ 4º.** As contratações diretas para registro de preços serão, no âmbito da Administração Pública Municipal direta, processadas de forma centralizada pela SMLIC, conforme regulamento, observadas as disposições deste decreto, no que couber.

**18.3.** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação;

**18.4.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão do local de entrega;

**18.5.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as constantes no Decreto Municipal nº 093/2025.

**18.6.** Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, e observado o disposto no art. 24, parágrafo único, incisos I ao V, do Decreto Municipal nº 93/2025, convocará os interessados para no prazo de **estabelecido no edital para** assinar a ata de registro de preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**18.7.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, conforme preconiza o art. 26, §1º, do Decreto Municipal nº 093/2025, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**18.8.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**18.9.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado. (Artigo 27, do Decreto Municipal nº 93/2025).

**18.10.** A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

**18.11.** O prazo de vigência da ARP **será de 1 (um) ano**, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, conforme o art. 84 da Lei Federal n. 14.133/2021, com a possibilidade de renovação dos quantitativos, observadas as disposições do art. 46 do Decreto Municipal nº 093/2025.

**18.12.** Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado (Art. 17, §1º, do Decreto Municipal nº 093/2025)

**18.13.** Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro observarão os limites previstos no Capítulo V do Título III da Lei 14.133/2021.

**18.14.** Durante a vigência da ata, os órgãos e/ou entidades que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos e as demais condições dispostas na minuta padronizada de Ata de Registro de Preços.

## 19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

**19.1.** Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentos referentes ao presente instrumento;

**19.2.** O contrato poderá ser rescindido, por mútuo interesse entre as partes, atendido a conveniência do CONTRATANTE, recebendo a CONTRATADA o valor correspondente ao objeto fornecido, de forma imediata e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial;

E-mail: cpl@boavista.rr.gov.br

(95) 3621-1733

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São

Francisco, Boa Vista - RR. CFP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED

**Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC**

Superintendência de Planejamento – SUPLA

Gerência de Processos – GEPRO



**19.3.** Na contagem dos prazos estabelecidos nesse termo exclui-se o dia do início e inclui-se o dia dos vencimentos, observado que só se iniciam e vencem prazos em dia da Unidade Gestora, decorrentes deste instrumento;

**20. DA PUBLICIDADE**

**20.1** O presente Termo de Referência Consolidado (TR) foi elaborado de acordo as informações de natureza técnica constantes no Documento de Formalização de Demanda - DFD-SMEC 09/2025 (NUP 9.271625/2025), Estudo Técnico Preliminar – ETP (NUP.9.378729/2025);

**20.2** Em cumprimento ao disposto no §2º do art. 42 do Decreto nº 083/E 2025, as informações consolidadas, pela SMLIC, foram extraídas do PCM, DCDC (NUP.9.546389/2025) **SMEC** (Órgão Gerenciador) e do Órgão Participante, por meio de ofício 96445/2025 (NUP.9.526248/2025), Mapa demonstrativo e Planilha de preços (NUP 9. **273949/2026**).

**20.3** Ressaltamos que foram realizadas alterações neste instrumento quanto as fundamentações jurídicas pertinentes a regulamentação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021) em âmbito municipal, tendo em mente a publicação do Decreto Municipal nº 083/2025.

**21. DOS ANEXOS:**

**21.1 ANEXO I** - Descrições, Quantitativos - Geral - Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;

**21.2. ANEXO II** - Estimativa de Custo do Objeto – Consolidado - Participantes;

**21.3. ANEXO III** – Lista dos Endereços da prestação dos serviços;

Boa Vista – RR, (data da assinatura eletrônica).

**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS-SMLIC:****CONSOLIDAÇÃO:**

(Assinatura eletrônica)

**KÁSSIA RAQUEL PEREIRA DE SOUZA**

Superintendente - SUCEDE/SMLIC/PMBV

**AUTORIZO:**

Assinatura Eletrônica

**ELTON DE AZEVEDO SALVADOR**

Secretário Municipal Adjunto de Licitações e Compras – SMLIC

E-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)

**(95) 3621-1733**

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São

Francisco, Boa Vista - RR. CFP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 65709DBED



Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC  
Superintendência de Planejamento – SUPLA  
Gerência de Processos – GEPRO



**ORGÃOS DEMANDANTES:**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC**

Assinatura Eletrônica

**EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO**

Secretário Municipal de Educação e Cultura – SMEC

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEMADS**

Assinatura Eletrônica

**GABRIEL SOUSA DE PAULA**

Secretário Adjunto Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

E-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)  
(95) 3621-1733

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São

Francisco, Boa Vista - RR. CFP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 65709DBED





Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC  
 Superintendência de Planejamento – SUPLA  
 Gerência de Processos – GEPRO

**ANEXO I**  
**DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DA ESTIMATIVA DE CUSTO DO OBJETO - GERAL**

GRUPO I							
PROCESSO Nº 018490/2025 - SMEC							
<b>OBJETO:</b> Eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos, sob demanda, de esgoto de fossas sépticas, limpeza de caixa de gordura, desentupimentos e desobstrução de tubulações e redes através de hidrojamento, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC (Órgão Gerenciador) e participantes.							
GRUPO	ITEM	CÓDIGO CATSER	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UND.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
I	1	16527	<b>Serviço contínuo de Limpeza de fossas sépticas, filtros e sumidouros</b> A contratada deverá drenar esgotos em geral, colunas, coletoras, além de limpar fossas e filtros. O serviço deverá ser executado conforme demanda da municipalidade dos endereços mostrados no ANEXO III. Este serviço deverá ser executado por meio de equipamentos específicos através da remoção de efluente dos tanques sépticos (fossas sépticas, filtros anaeróbicos, sumidouro) utilizando <b>caminhão tanque com capacidade mínima de 8.000 Litros</b> com dispositivo de sucção de detritos, incluindo transporte e destinação em local ambientalmente adequado dos efluentes.	11.936	M <sup>3</sup>	R\$111,00	<b>R\$1.324.896,00</b>

E-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)  
**(95) 3621-1733**

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São Francisco, Boa Vista - RR, CEP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53  
 DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS  
 LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020  
 VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 65709DBED



**Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC**

Superintendência de Planejamento – SUPLA

Gerência de Processos – GEPRO

	2	25194	<b>Serviço contínuo de Limpeza e desentupimento dos vasos sanitários, pias e mictórios.</b> O serviço deverá ser executado conforme demanda da municipalidade, incluindo deslocamento da equipe técnica e equipamentos até os locais de execução conforme os endereços constantes no ANEXO III. Deverá ser executado com uso de equipamentos específicos e adequados à remoção de detritos e efluentes, garantindo o pleno funcionamento das instalações sanitárias.	2.560	UND.	R\$284,98	<b>R\$729.548,80</b>
	3	25194	<b>Serviço contínuo de Limpeza de caixa de gordura.</b> O serviço deverá ser executado conforme demanda da municipalidade dos endereços mostrados no ANEXO III. Este serviço deverá ser executado por meio de equipamentos específicos através da remoção do efluente de caixas de gordura utilizando <b>caminhão-tanque</b> adequado com dispositivos de sucção de detritos, incluindo o transporte e destinação em local ambientalmente adequado dos efluentes.	2.394	UND.	R\$213,15	<b>R\$510.281,10</b>
	4	2941	<b>Serviço contínuo de hidro jato para desobstrução de redes, canos e tubulações</b> O serviço deverá ser executado conforme demanda da municipalidade utilizando <b>caminhão de hidrojateamento</b> de alta pressão, incluindo o deslocamento do equipamento até os endereços constantes no ANEXO III. A limpeza será executada através do hidrojateamento a alta pressão para remoção sujeiras impregnadas e desobstrução em caixas de inspeções, tubulações e ralos.	5.000	METRO	R\$131,35	<b>R\$656.750,00</b>
<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO</b>							<b>R\$3.221.475,90</b>

 E-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)  
**(95) 3621-1733**

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São Francisco, Boa Vista - RR, CEP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53  
 DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS  
 LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020  
 VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC**  
 Superintendência de Planejamento – SUPLA  
 Gerência de Processos – GEPRO

**ANEXO II****PLANILHA UNIFICADA COM PARTICIPANTES****PROCESSO Nº 018490/2025**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	VALOR UNIT. ESTIM.	SMEC		SEMADS		QUANT. TOTAL	VALOR TOTAL ESTIMADO
				QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL		
	<b>Serviço contínuo de Limpeza de fossas sépticas, filtros e sumidouros</b> A contratada deverá drenar esgotos em geral, colunas, coletoras, além de limpar fossas e filtros. O serviço deverá ser executado conforme demanda da municipalidade dos endereços mostrados no ANEXO III deste TR. Este serviço deverá ser executado por meio de equipamentos específicos através da remoção de efluente dos tanques sépticos (fossas sépticas, filtros anaeróbicos, sumidouro) utilizando caminhão tanque com capacidade mínima de 8.000 Litros com dispositivo de sucção de detritos, incluindo transporte e destinação em local ambientalmente adequado dos efluentes	M²	<b>R\$ 111,00</b>	<b>10.000</b>	R\$ 1.110.000,00	<b>1.936</b>	R\$ 214.896,00	<b>11.936</b>	<b>R\$ 1.324.896,00</b>
<b>2</b>	<b>Serviço contínuo de Limpeza e desentupimento dos vasos sanitários, pias e mictórios.</b> O serviço deverá ser executado conforme demanda da municipalidade, incluindo deslocamento da equipe técnica e equipamentos até os locais de execução conforme os endereços constantes no ANEXO III deste TR. Deverá ser executado com uso de equipamentos específicos e adequados à remoção de detritos e efluentes, garantindo o pleno funcionamento das instalações sanitárias.	Und.	<b>R\$ 284,98</b>	<b>2.500</b>	R\$ 712.450,00	<b>60</b>	R\$ 17.098,80	<b>2.560</b>	<b>R\$ 729.548,80</b>

E-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)  
**(95) 3621-1733**

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São Francisco, Boa Vista - RR, CEP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53  
 DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS  
 LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020  
 VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC**

Superintendência de Planejamento – SUPLA

Gerência de Processos – GEPRO

3	Serviço contínuo de Limpeza de caixa de gordura. O serviço deverá ser executado conforme demanda da municipalidade dos endereços mostrados no ANEXO III deste TR. Este serviço deverá ser executado por meio de equipamentos específicos através da remoção do efluente de caixas de gordura utilizando caminhão-tanque adequado com dispositivos de sucção de detritos, incluindo o transporte e destinação em local ambientalmente adequado dos efluentes.	Und.	R\$ 213,15	2.000	R\$ 426.300,00	394	R\$ 83.981,10	2.394	R\$ 510.281,10
4	Serviço contínuo de hidro jato para desobstrução de redes, canos e tubulações. O serviço deverá ser executado conforme demanda da municipalidade utilizando caminhão de hidrojateamento de alta pressão, incluindo o deslocamento do equipamento até os endereços constantes no ANEXO III. A limpeza será executada através do hidrojateamento a alta pressão para remoção sujeiras impregnadas e desobstrução em caixas de inspeções, tubulações e ralos.	Metro	R\$ 131,35	5.000	R\$ 656.750,00	0	R\$ 0,00	5.000	R\$ 656.750,00
VALOR ESTIMADO POR SECRETARIA				R\$ 2.905.500,00		R\$ 315.975,90		R\$ 3.221.475,90	
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)								R\$ 3.221.475,90	

 E-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)  
**(95) 3621-1733**

Palácio 9 de Julho | Rua General Penha Brasil, 1011, São Francisco, Boa Vista - RR, CEP 69305-130

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53  
 DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUARIOS  
 LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020  
 VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED





**Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC**  
**Superintendência de Planejamento – SUPLA**  
**Gerência de Processos – GEPRO**

**ANEXO III**

**LISTA DOS ENDEREÇOS - SMEC**

ITEM	ESCOLA	ENDEREÇO
1	E.M. CRIANÇA FELIZ	AV. RUI BARAÚNA, 1474 - BAIRRO UNIÃO
2	E.M. DALÍCIO FARIAS FILHO	RUA PIRAÍBA, 1584 - SANTA TEREZA
3	E.M. EMÍLIA RIOS PEIXOTO	RUA JOSÉ LACERDA, S/N -CIDADE SATÉLITE
4	E.M. EUNICE QUEIROZ DE FARIA	RUA JOSEMAR BATISTA DE SOUZA, 341 - CIDADE SATÉLITE
5	E.M. FRANCISCO CÁSSIO DE MORAES	RUA RAIMUNDO ALVES SOARES, 900 - BAIRRO UNIÃO
6	E.M. FÁTIMA CÂNDIDO	RUA DAS GALÁXIAS, 1794 - CIDADE SATÉLITE
7	E.M. PROFESSORA GLEMÍRIA GONZAGA ANDRADE	AV. DO SOL, 395 - CIDADE SATÉLITE
8	E.M. PROFESSORA ANA SANDRA NASCIMENTO QUEIROZ	AV. DO SOL, 623 - CIDADE SATÉLITE
9	E.M. VILA JARDIM	AV. JARDIM, JATOBÁ, S/N, CIDADE SATÉLITE - CONJUNTO VILA JARDIM
10	NÚCLEO CIDADE SATÉLITE I	AV. SOL, S/N - CIDADE SATÉLITE
11	NÚCLEO CIDADE SATÉLITE II	RUA J, S/N - CIDADE SATÉLITE
12	E.M. Jael da Silva Barradas	RUA URUGUAI, 841 - CAUAMÉ
13	E.M. JOSÉ ARNÓBIO DA SILVA	RUA PINTO MARTINS, 462 - CAUAMÉ
14	E.M. MARIA GOÇALVES VIEIRA	RUA JOCA FARIAS, 1775 - CARANÃ
15	E.M. MARIA TERESA MACIEL DA SILVEIRA MELO	RUA SEVERIANO CAETANO, 310 - JARDIM FLORESTA
16	E.M. MARTINHA THURY VIEIRA	RUA ROMÊNIA, 146 - CAUAMÉ
17	E.M. PEQUENO PRÍNCIPE	RUA JOCA FARIAS, 1018 - CARANÃ
18	E.M. SONHO INFANTIL	RUA DECO FONTELES, 622 - JARDIM FLORESTA
19	E.M. VOVÓ CLARA	RUA PARAGUAI, 259 - CAUAMÉ
20	E.M. ALDO TORREIAS DO NASCIMENTO	RUA BOLÍVIA, 606 - CAUAMÉ
21	NUCLEO JARDIM CARANÃ	RUA CLARICE DE MELO CABRAL, S/N - JARDIM CARANÃ
22	E.M. AQUILINO DA MOTA DUARTE	RUA CECÍLIA BRASIL, 1078 - CENTRO
23	E.M. ARCO-ÍRIS	RUA MASSARANDUBA, 1551 -PARAVIANA
24	E.M. CENTENÁRIO DE BOA VISTA	RUA JOÃO PEREIRA CALDAS, 460 - APARECIDA
25	E.M. FREI ARTHUR AGOSTINI	RUA SURUMÚ, 1905 - SÃO VICENTE

-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC**

Superintendência de Planejamento – SUPLA

Gerência de Processos – GEPRO

26	E.M. NARA NEY	R. FRANCISCO PAULINO DA SILVA, 215 - CAÇARI, BOA VISTA
27	E.M. NEWTON TAVARES	RUA CASTELO BRANCO, 1277 - CALUNGÁ - CAETANO FILHO
28	E.M. PROFESSORA DANÚBIA CARVALHO DE OLIVEIRA	RUA PAVÃO, 103/1 - MECEJANA
29	E.M. PROFESSORA EDSONINA DE BARROS VILLA	RUA AMAPÁ, 872 - BAIRRO DOS ESTADOS
30	E.M. ANTÔNIO AIRTON OLIVEIRA DIAS	RUA MASSARANDUBA, S/N - PARAVIANA
31	CENTRO MUNICIPAL INTEGRADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	RUA PARAÍBA, 444 - BAIRRO DOS ESTADOS
32	CENTRO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO - CETEA	AV. GLAYCON DE PAIVA, 1681 – SÃO VICENTE
33	E.M. ESTRELINHA MÁGICA	RUA EXPEDITO FRANCISCO DA SILVA, 910 - DOUTOR SÍLVIO LEITE
34	E.M. HILDA FRANCO DE SOUZA	RUA LATITUDINAL, 259 - EQUATORIAL
35	E.M. PROFESSORA AMAZONA DE OLIVEIRA MONTEIRO	RUA C-35, 623 - DOUTOR SÍLVIO LEITE
36	E.M. ÁUREA DE HOLANDA LIMA	TR. DOS MACUXIS, S/N, EQUATORIAL - CONJUNTO CRUVIANA
37	E.M. PROFESSORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FREIRE BRANDÃO	RUA CC 24, S/N - CIDADÃO
38	E.M. VALDERLEIDE BARAÚNA BRANDÃO	AV. ATAÍDE TEIVE, S/N, EQUATORIAL - CONJUNTO CRUVIANA
39	E.M. RAIMUNDO ELOY GOMES	AV. MAJOR ECEDON PINTO, 1000 - SENADOR HÉLIO CAMPOS - CONJUNTO
40	E.M. RUJANE SEVERIANO DOS SANTOS	RUA EUCLIDES GOMES DA SILVA, S/N - ALVORADA
41	E.M. SENADOR DARCY RIBEIRO	AV. SANTO ANTÔNIO, 1138 - EQUATORIAL
42	E.M. DOUTOR SÍLVIO LEITE	RUA C-28 COM WOLTER CASTELO BRANCO, 651 - DOUTOR SÍLVIO LEITE
43	E.M. VOVÓ EURÍDES	RUA LUIZ REIS CRISTO, 1160 - JARDIM EQUATORIAL
44	NÚCLEO ALVORADA	RUA Z-06, 2096 - ALVORADA
45	NÚCLEO EQUATORIAL	TR. DOS MACUXIS, S/N - EQUATORIAL
46	NÚCLEO EQUATORIAL II	RUA MARIA MARTINS VIEIRA, 2409 - EQUATORIAL
47	NÚCLEO CIDADÃO	RUA DOS TRABALHADORES, S/N - CIDADÃO
48	E.M. ISETE EVANGELISTA ALBUQUERQUE	AV. NOSSA SENHORA DE NAZARÉ, 955 - ASA BRANCA
49	E.M. JÂNIO DA SILVA QUADROS	RUA MARIA RODRIGUES DOS SANTOS, 1570 - TANCREDO NEVES
50	E.M. JÓQUEI CLUBE	RUA CJ-06, S/N - JÓQUEI CLUBE

-mail: cpl@boavista.rr.gov.br

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 65709DBED

**Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC**

Superintendência de Planejamento – SUPLA

Gerência de Processos – GEPRO

51	E.M. JUSLANY DE SOUZA FLORES	RUA 08, 289 - JARDIM TROPICAL
52	E.M. MENINO DE JESUS	RUA LINDOLFO BERNARDO COUTINHO, 330 - ASA BRANCA
53	E.M. MENINO JESUS DE PRAGA	RUA ITAJARA, 225 - JÓQUEI CLUBE
54	E.M. NOVA CANAÃ	RUA JERICÓ, 405 - NOVA CANAÃ
55	E.M. PINGO DE GENTE	RUA BELARMINO FERNANDO MAGALHÃES, 1362 - TANCREDO NEVES
56	E.M. PROFESSOR CARLOS RAIMUNDO RODRIGUES	RUA H. MARDEL DE MAGALHÃES, 1265 - TANCREDO NEVES
57	E.M. PROFESSORA ANTONIA FERNANDES CUTRIM	AV. ABRAHÃO FÉLIX LIMA, S/N - JARDIM TROPICAL
58	E.M. PROFESSORA CARMEM EUGÊNIA MACAGGI	AV. NOSSA SRA. DE NAZARÉ, 475 - ASA BRANCA
59	E.M. VOVÓ JÚLIA	AV. MÁRIO HOMEM DE MELO, 4665 - CAIMBÉ
60	E.M. MARLY MARTINS	
61	E.M. CANTINHO DO CÉU	RUA COTINGO, 48 - 13 DE SETEMBRO
62	E.M. CANTINHO FELIZ	RUA MACUNAÍMA, 392 - 13 DE SETEMBRO
63	E.M. CUNHATÃ CURUMIM	RUA PROFESSOR MACEDO, 608 - BURITIS
64	E.M. DELACIR DE MELO LIMA	RUA SANTO AGOSTINHO, 175 - CENTENÁRIO
65	E.M. FRANCISCO DE SOUZA BRÍGLIA	RUA DAS EXTREMOSAS, 312 - PRICUMÃ
66	E.M. MARIA DE FÁTIMA FARIA ANDRADE	RUA MILÃO, 173 - CENTENÁRIO
67	E.M. PEQUENO POLEGAR	AV. GENERAL SAMPAIO, 262 - 13 DE SETEMBRO
68	E.M. PROFESSORA MARIA FRANCISCA DA SILVA LEMOS	RUA MESTRE ALBANO, 1865 - BURITIS
69	E.M. PROFESSOR JAMES MACELLARO THOMÉ	RUA PS 02, S/N - CENTENÁRIO
70	E.M. PROFESSORA LÍDIA COELHO TAVARES	RUA BRÉSCIA, 526 - CENTENÁRIO
71	NÚCLEO CENTENÁRIO	RUA SANTA MARIA, S/N - CENTENÁRIO
72	E.M. VOVÔ DANDÃE	AV. ATAÍDE TEIVE, 2445 - LIBERDADE
73	E.M. BRANCA DE NEVE	RUA CARMELO, 1400 - PINTOLÂNDIA
74	E.M. LUIZ CANARÁ	RUA HC-14, 410 - SENADOR HÉLIO CAMPOS
75	E.M. PROFESSORA MARIA GERTRUDES MOTA DE LIMA	RUA ANTÔNIO COUTRIN, 1299 - SANTA LUZIA
76	E.M. PEDRO FERREIRA MONTEIRO	AV. MAJOR ECILDON PINTO, 1309 - LAURA MOREIRA
77	E.M. WALDINETE DE CARVALHO CHAVES	RUA DELMAN VERAS, 342 - DOUTOR SILVIO BOTELHO
78	E.M. TIA LINDA	RUA VER. VALDEMAR GOMES, 722 - DOUTOR SÍLVIO BOTELHO

-mail: cpl@boavista.rr.gov.br

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 65709DBED

**Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC**

Superintendência de Planejamento – SUPLA

Gerência de Processos – GEPRO

79	NÚCLEO PINTOLÂNDIA	AV. NAZARÉ FILGUEIRAS, S/N - PINTOLÂNDIA
80	NÚCLEO SENADOR HÉLIO CAMPOS	RUA N-17 COM A S-28 - SENADOR HÉLIO CAMPOS
81	E.M. IOLÁDIO BATISTA DA SILVA	RUA ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA, 445 - SÃO BENTO
82	E.M. JARDIM DAS COPAÍBAS	RUA GOVERNADOR AQUILINO DA MOTA, S/N - DISTRITO INDUSTRIAL
83	E.M. LAUCIDES INÁCIO DE OLIVEIRA	AV. A, S/N - DOUTOR AIRTON ROCHA
84	E.M. PALMIRA DE CASTRO MACHADO	RUA MONTE SINAI, 403 - PROFª ARACELI
85	E.M. PROFESSORA IVANY DOS SANTOS PARENTE	RUA MONTE SINAI, S/N - RAIAR DO SOL
86	E.M. PROFESSOR ODIR LUCAS DA SILVA	RUA PORTO VELHO, 314 - NOVA CIDADE
87	E.M. VALDEMARINA NORMANDO MARTINS	RUA MACAPÁ, 740 - NOVA CIDADE
88	E.M. ZACARIAS ASSUNÇÃO RIBEIRO ARAÚJO	RUA RIO VERDE, 164-180 - BELA VISTA
89	E.M. RAIAR DO SOL	RUA CURITIBA, 446 - NOVA CIDADE
90	E.M. PROFESSOR FRANCISCO PEDROSA (ANEX. LAUCIDES)	AV. UIRAMUTÃ, 1678 – DOUTOR AIRTON ROCHA
91	NÚCLEO NOVA CIDADE	RUA PALMAS, 868 - NOVA CIDADE
92	NÚCLEO RAIAR DO SOL	RUA UNIVERSO, 1334 - RAIAR DO SOL
93	NÚCLEO BELA VISTA	RUA DOS ASTROS, 1885 - BELA VISTA
94	E.M. NO BAIRRO DR. AIRTON ROCHA	RUA AMAJARI, SEM Nº, BAIRRO DR. AIRTON ROCHA
95	E.M. NO BAIRRO PEDRA PINTADA	RUA PÉROLA, SEM Nº, BAIRRO PEDRA PINTADA
96	E.M. NO BAIRRO ARACELIS	RUA RIO SANTO ANTÔNIO DO ABONARI, SEM Nº, BAIRRO PROFESSORA ARACELI SOUTO MAIOR
97	E.M. INDÍGENA CLEMENTE DOS SANTOS	COMUNIDADE VISTA NOVA
98	E.M. INDÍGENA DUKUZY SEBASTIÃO	COMUNIDADE DO LAGO GRANDE
99	E.M. INDÍGENA IGNÊS BENEDICTO	COMUNIDADE DO MILHO
100	E.M. INDÍGENA MARTINS PEREIRA DA SILVA	COMUNIDADE DO MORCEGO
101	E.M. FRANCISCA GOMES DA SILVA	COMUNIDADE SERRA DO TRUARÚ
102	E.M. INDÍGENA TUXAUA ALBINO MORAIS	COMUNIDADE ILHA
103	E.M. INDÍGENA KO'KO ERMELINDA RAPOSO DA SILVA	COMUNIDADE CAMPO ALEGRE
104	E.M. INDÍGENA VOVÓ TEREZINHA DA SILVA	COMUNIDADE BOM JESUS
105	E.M. INDÍGENA VOVÓ TEREZA DA SILVA	COMUNIDADE DARÔRA
106	E. M. INDÍGENA VICENTE ANDRÉ DA SILVA	COMUNIDADE TRUARÚ DA CABECEIRA
107	E.M. INDÍGENA VOVÓ ANTÔNIA CELESTINA DA SILVA	COMUNIDADE VISTA ALEGRE



-mail: cpl@boavista.rr.gov.br

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 65709DBED



**Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC**

Superintendência de Planejamento – SUPLA

Gerência de Processos – GEPRO

108	E.M. INDÍGENA VOVÔ JANDICO DA SILVA	COMUNIDADE SERRA DA MOÇA
109	E.M. BALDUÍNO WOTTRICH	ZONA RURAL – MONTE CRISTO
110	E.M. MARIA DE LOURDES DIAS DE ABREU	VILA DO PASSARÃO
111	E.M. LEILA MARIA DA SILVEIRA	REGIÃO DO MURUPÚ - SANTA FÉ
112	E.M. JOSÉ DAVID FEITOSA NETO	REGIÃO DO MURUPÚ-PÓLO I P.A. NOVA AMAZÔNIA/MURUPÚ
113	E.M. AURELIANO SOARES DA SILVA	REGIÃO DO TRUARÚ – VICINAL I P.A. NOVA AMAZÔNIA
<b>PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS DA SMEC</b>		
114	SEDE ADMINISTRATIVA DA SMEC	RUA GENERAL PENHA BRASIL, 705 – SÃO FRANCISCO
115	DEPÓSITO DA SMEC	RUA PACARAIMA, 361 – SÃO VICENTE
116	BIBLIOTECA MUNICIPAL PROFESSOR ELOY GOMES	AV. MARIO HOMEM DE MELO, PRAÇA MANÉ GARRINCHA

-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 65709DBED

**Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC**

Superintendência de Planejamento – SUPLA

Gerência de Processos – GEPRO

**ANEXO III****LISTA DOS ENDEREÇOS - SEMADS**

<b>Ord.</b>	<b>LOCAL</b>	<b>ENDEREÇO</b>
1	CENTRO DE REF. DE ASSIST. SOCIAL/ CRAS CAUAMÉ - DEPOSITO	AV. CARLOS PEREIRA DE MELO, N° 207, JARDIM FLORESTA
2	CENTRO DE REF. DE ASSIST. SOCIAL/ CRAS CAUAMÉ - PRÉDIO ANTIGO	RUA PARAGUAI, N° 250, CAUAMÉ
3	CENTRO DE REF. DE ASSIST. SOCIAL/ CRAS CRISTIANA NUNES	RUA SANTO AGOSTINHO, N° 193, CENTENARIO
4	CENTRO DE REF. DE ASSIST. SOCIAL/ CRAS DR. SILVIO LEITE	RUA MARIETA DE MELO MARQUES, N° 869, DR. SILVIO LEITE
5	CENTRO DE REF. DE ASSIST. SOCIAL/ CRAS ITINERANTE	RUA MAJOR MANOEL CORREA, N° 548, SÃO FRANCISCO
6	CENTRO DE REF. DE ASSIST. SOCIAL/ CRAS NOVA CIDADE	RUA CURITIBA, N° 372, NOVA CIDADE
7	CENTRO DE REF. DE ASSIST. SOCIAL/ CRAS PINTOLANDIA - NÚCLEO PRAÇA CÉU	RUA DELMAN VERAS, S/N - PRAÇA GERMANO SAMPAIO, DR. SILVIO BOTELHO
8	CENTRO DE REF. DE ASSIST. SOCIAL/ CRAS SÃO FRANCISCO	RUA FLORIANO PEIXOTO S/N, CENTRO
9	CENTRO DE REF. DE ASSIST. SOCIAL/ CRAS UNIAO	RUA HILDA SOBRAL GUEDES, N° 81, UNIAO
10	CENTRO DE REF. ESP. DE ASSIST. SOCIAL/ CREAS CENTENARIO	RUA TURIN, N° 455, CENTENARIO
11	CENTRO DE REF. ESP. DE ASSIST. SOCIAL/ CREAS CENTRO	AV. MARIO HOMEM DE MELO, N° 514, CENTRO
12	CONSELHO TUTELAR DE DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE CT/BV I	RUA BENTO BRASIL, N° 328, CENTRO
13	CONSELHO TUTELAR DE DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE CT/BV II	RUA DICO VIEIRA, N° 1497, CAIMBE
14	CONSELHO TUTELAR DE DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE CT/BV III	RUA PEDRO ALDEMAR BANTIM, N° 1337, DR. SILVIO BOTELHO
15	CADUNICO - PROCAD	AV. DOS IMIGRANTES, N° 1612, BURITIS
16	POSTO DE TRIAGEM - PTRIG	AV. BRASIL, S/N, 13 DE SETEMBRO
17	CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA	AV. DOS IMIGRANTES, N° 1612, BURITIS
18	CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS	AV. DOS IMIGRANTES, N° 1612, BURITIS
19	CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA - CMDPI	AV. DOS IMIGRANTES, N° 1612, BURITIS
20	PROGRAMA FAMILIA QUE ACOLHE - FQA	RUA SOLON RODRIGUES PESSOA, N° 615, PINTOLANDIA
21	PROJETO ARTCANTO	AV. SAO SEBASTIAO, N° 473, CAMBARA
22	PROJETO CRESCER — NUCLEO PINTOLANDIA	RUA ROSA OLIVEIRA DE ARAUJO, N° 164, DR. SILVIO BOTELHO
23	PROJETO CRESCER - OFICINA DE COMPOSTAGEM	AV. BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, N° 2864 — HORTO MUNICIPAL, BAIRRO DOS ESTADOS
24	PROJETO DEDO VERDE	AV. BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, N° 2864 — HORTO MUNICIPAL, BAIRRO DOS ESTADOS

-mail: cpl@boavista.rr.gov.br

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUARIOS

LEI N° 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadeao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED

**Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC**

Superintendência de Planejamento – SUPLA

Gerência de Processos – GEPRO

25	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL- SEMADS	AV. MAJOR WILLIAMS, Nº 1687, CENTRO
26	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL- SEMADS - ANEXO	RUA PROF AGNELO BITENCOURT, Nº 208, CENTRO
27	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INST. DE LONGA PERM. PARA IDOSOS	RUA CAPITAO CASTRO MENDES, Nº 290, CAÇARI
28	CONDOMÍNIO PEDRA PINTADA	RUA WALMIR SABINO DE OLIVEIRA, Nº307, CENTENÁRIO
29	BRAÇOS ABERTOS	RUA MAJOR MANOEL CORREA, Nº 548
<b>Obs:</b> É possível haver alteração em alguns endereços das unidades desta Secretaria, bem como a inclusão de abertura de novas unidades.		

-mail: [cpl@boavista.rr.gov.br](mailto:cpl@boavista.rr.gov.br)

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53  
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUARIOS  
LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020  
VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTE DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



Prefeitura Municipal de  
Boa Vista



Sistema de Serviços  
ao Cidadão

## REGISTROS DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS

O arquivo termo\_de\_referencia.pdf do documento **00000.9.274020/2026** foi assinado pelos signatários:

DADOS DO SIGNATÁRIO	DADOS DA ASSINATURA
EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO 038.868.104-70	18/05/2026 23:55:27 LOGIN E SENHA
KÁSSIA RAQUEL PEREIRA DE SOUZA 939.147.502-78	19/05/2026 08:22:14 LOGIN E SENHA
ELTON DE AZEVEDO SALVADOR 859.518.112-87	19/05/2026 08:54:21 LOGIN E SENHA
GABRIEL SOUSA DE PAULA 683.740.972-72	19/05/2026 12:22:54 LOGIN E SENHA





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



**ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/PMBV**  
**Nº \_\_\_\_/2026.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90061/2026**

**OBJETO:** EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS, SOB DEMANDA, DE ESGOTO DE FOSSAS SÉPTICAS, LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA, DESENTUPIMENTOS E DESOBSTRUÇÃO DE TUBULAÇÕES E REDES ATRAVÉS DE HIDROJATEAMENTO, CONFORME AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC (ÓRGÃO GERENCIADOR) E PARTICIPANTES.

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011 – São Francisco, nesta cidade, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_ (SIGLA DA SECRETARIA)**, neste ato representada pelo(a) Secretário(a) Municipal de \_\_\_\_\_, o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, matrícula nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) nesta Capital, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a Empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **FORNECEDORA REGISTRADA**, neste ato representado pelo(a) seu(ua) sócio(a) administrador(a), o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18490/2025 - SMEC** e em observância às disposições da Lei Federal n. 14.133/2021, do Decreto Municipal n. 083/E, de 11 de agosto de 2025, do Decreto Municipal n. 093/E, de 26 de agosto de 2025, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMBV/00000-(SIGLA DA SECRETARIA)/2026**, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90061/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

**1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS, SOB DEMANDA, DE ESGOTO DE FOSSAS SÉPTICAS, LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA, DESENTUPIMENTOS E DESOBSTRUÇÃO DE TUBULAÇÕES E REDES ATRAVÉS DE HIDROJATEAMENTO, CONFORME AS NECESSIDADES DA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.  
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020  
 VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC (ÓRGÃO GERENCIADOR) E PARTICIPANTES, de acordo com os quantitativos e especificações constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico supracitado, os quais integram a presente Ata.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:**

**2.1** O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Un.	Prazo garantia ou validade

**2.2** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata. (art.101, Decreto Municipal nº 083/2025).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES**

**3.1 – A presente Ata será gerenciada pelo(a):**

Órgão Gerenciador
Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC

**3.2 – São participantes do Registro de Preços:**

Órgãos e Entidades Participantes
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SEMADS

**3.3 –** A especificação do objeto e quantitativos, a serem adquiridos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, serão os constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, Anexo I do Edital, do(a) **Pregão Eletrônico nº 90061/2026**, os quais integram a presente Ata;

**3.4 –** É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, nos termos do artigo 82, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**4.1 -** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal ou de qualquer poder público que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP poderão aderir à ARP na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.  
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 52 do Decreto n. 083/E, de 11 de agosto de 2025 c/c art. 23 da Lei Federal n. 14.133/2021; e

c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**4.2** - A utilização de ata de registro de preço por órgão não participante está sujeita à prévia autorização do órgão gerenciador, o qual levará em consideração a observância dos limites individual e global previstos no Decreto Municipal nº 093/E 2025, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala;

**4.2.1** - A garantia da capacidade de fornecimento deverá ser demonstrada por meio de expressa autorização do fornecedor ou prestador de serviço registrado na qual esteja consignada o compromisso de não descontinuar ou prejudicar a concretização do quantitativo registrado a despeito da adesão solicitada.

**4.3** - As solicitações de adesão deverão ser formalizadas por meio de requerimento específico instruído em processo administrativo próprio com os seguintes documentos:

a) documento que ateste a equivalência do objeto registrado com a necessidade administrativa do órgão não participante, por meio do Estudo Técnico Preliminar - ETP;

b) nota de reserva orçamentária do recurso necessário a fazer face à despesa decorrente da adesão;

c) autorização expressa do órgão gerenciador;

d) autorização expressa do fornecedor ou prestador de serviço registrado nos moldes previstos no **item 4.2.1**;

e) justificativa da vantajosidade de adesão;

f) demonstrativo da vantajosidade dos preços registrados;

g) justificativa da adesão de item isolado pertencente a um grupo.

**4.3.1** - A solicitação de adesão deverá estabelecer de forma clara o quantitativo do objeto que se pretende contratar, com base em técnicas estimativas que considerarão, quando possível, o histórico de consumo e a perspectiva de aumento ou redução da demanda.

**4.4** - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em **até 48 (quarenta e cinco) dias**, observado o prazo de vigência da ARP, conforme §8º do art. 54 do Decreto Municipal n.º 093/E de 26 de agosto de 2025;

**4.4.1** - O prazo previsto no **item 4.4** poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP.

**Dos limites para as adesões:**

**4.5** - As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ARP para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



**4.5.1-** Observada a justificativa de excepcionalidade mencionada no §1º do art. 55 Decreto Municipal n.º 093/E de 26 de agosto de 2025, os órgãos e entidades municipais não participantes poderão aderir, mediante justificativa da autoridade competente, observados os requisitos do art. 54 deste decreto, **até 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ARP para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes.

**4.6 -** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na **totalidade**, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ARP para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços - ARP;

**4.6.1 -** Para aquisição emergencial de medicamentos e de material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite de que trata o **item 4.6**.

**4.7 -** A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o **item 4.6**, desde que:

- a) seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal;
- b) seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

**4.8 -** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA:**

**5.1 –** O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, caso exista saldo a ser contratado na ata, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, mediante pesquisa de preços que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 17, inciso IV, do Decreto Municipal nº 093/2025;

**5.2 –** Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro de preço observarão os limites previstos no Capítulo V, do Título III, da Lei nº 14.133/2021;

**5.3 -** Na formalização do contrato ou do instrumento hábil para a assunção efetiva do compromisso, será exigida a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos. (artigo 31, § 2º, do Decreto Municipal nº 083/2025);

**5.4 -** A contratação com os fornecedores ou prestadores de serviço registrados será formalizada pelo órgão ou entidade demandante, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 95 da Lei 14.133/2021;

**5.5 -** A não utilização de ata de registro vigente deverá ser devidamente justificada pelo órgão ou entidade demandante ao órgão gerenciador com fundamento na superveniente perda da vantajosidade dos preços registrados ou inadequação do objeto à necessidade administrativa atual;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.  
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020  
 VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



**5.6** - Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da ata de registro de preços, observando-se o seguinte:

- a)** o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados nos meios eletrônicos oficiais e ficarão disponibilizados durante a vigência da ata de registro de preços;
- b)** quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da ata; e
- c)** os órgãos não participantes do registro de preços, quando da necessidade de contratação, deverão recorrer ao órgão gerenciador da ata de registro de preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

**5.7** - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, para formação de cadastro de reserva, respeitada a sequência da classificação do certame;

**5.8** - O **cadastro de reserva**, quando houver, será incluído na ARP, na forma de anexo, com o registro: (art. 25, §1º do Decreto Municipal nº 093/2025).

- a)** dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b)** dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

**5.8.1** - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do item 5.8 desta Ata de Registro de Preços.

**5.9** - A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente;

**5.10** - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do **item 5.7**, a Secretaria Municipal de Licitações e Compras - SMLIC ou entidade da Administração Municipal poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação.

**CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**6.1** – Além do disposto no art. 24 em diante do Decreto Municipal nº 093/E 2025, também serão aplicados os seguintes procedimentos;

**6.2** – O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

**6.3** - As eventuais alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021;

**6.4** - A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.  
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020  
 VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



**6.5** - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**6.6** - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;

**6.7** - A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos contratantes que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados;

**6.8** - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação;

**6.9** - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante requerimento devidamente instruído com a comprovação de fato superveniente que tenha ensejado a elevação dos preços que inviabilize o cumprimento das obrigações contidas na ata, e desde que observados os requisitos:

a) a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

b) a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

c) seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

**6.9.1** - A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido;

**6.9.2** - Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital;

**6.9.3** - Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no **subitem 6.9.2**, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata;

**6.9.4** - Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, o órgão gerenciador poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado;

**6.9.5** - Como alternativa à atualização prevista no **subitem 6.9.4**, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.  
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



**6.9.6** - Liberado o fornecedor na forma do **subitem 6.9.5**, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado;

**6.9.7**- Na hipótese de não haver cadastro de reserva, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório;

**6.9.8**- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

**CLÁUSULA SÉTIMA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**7.1** - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços. (artigo 48, do Decreto Municipal nº 093/E 2025);

**7.2** - O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**7.3** - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento de que trata a **alínea “a”**;

**7.4** - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §2º e §3º, do art. 48, do Decreto Municipal Nº 093/E - 2025;

**7.5** - Para fins do disposto na **alínea “b”**, competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados;

**7.6** - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**CLÁUSULA OITAVA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**8.1** - O registro de preços do fornecedor ou prestador do serviço será cancelado quando:

- a) for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços, sem motivo justificado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.  
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



- b) o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;
- c) o fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;
- d) estiverem presentes razões de interesse público;
- e) restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior;
- f) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput, do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.1** - Na hipótese prevista no inciso IV do caput, da referida Lei, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

**8.1.2** - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas no **item 8.1**, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;

**8.1.3** - Na hipótese do cancelamento do registro de preços do fornecedor ou prestador de serviços, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores/prestadores de serviços integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração. (artigo 25, I c/c art. 26 Caput, todos do Decreto Municipal nº 093/E de 2025).

## **CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:**

**9.1** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital) e no **Edital de Licitação Pregão Eletrônico para Registro de Preços**;

**9.1.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**9.2** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade. (art. 61 do Decreto Municipal nº 093/E de 2025);

**9.3** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **item 8.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor. (art. 35, § 4, do Decreto Municipal nº 093/E de 2025).

## **CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES GERAIS**

**10.1** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital) e no **Edital de Licitação Pregão Eletrônico para Registro de Preços**;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.  
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



**10.2** No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em \_\_\_\_ (\_\_\_\_) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Boa Vista – RR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**ÓRGÃO GERENCIADOR:**

**PELA FORNECEDORA REGISTRADA:**

**TESTEMUNHAS:**

1. .... CIC: .....
2. .... CIC: .....

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.  
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020  
 VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



**ANEXO I – CADASTRO DE RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.  
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



**ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº**  
**\_\_\_\_/\_\_\_\_, QUE FAZEM ENTRE SI O**  
**MUNICÍPIO DE BOA VISTA, POR**  
**INTERMÉDIO DO(A) \_\_\_\_\_ E**  
**\_\_\_\_\_.**

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, representada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **MARCELO ZEITOUNE**, mediante interveniência da (SECRETARIA), representada pelo seu Secretário titular, nomeado(a) pela Portaria nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, o Sr. (Nome), (Matrícula Funcional nº \_\_\_\_), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 018490/2025 - SMEC** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 083/2025 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. 90061/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1– CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a **EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS, SOB DEMANDA, DE ESGOTO DE FOSSAS SÉPTICAS, LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA, DESENTUPIMENTOS E DESOBSTRUÇÃO DE TUBULAÇÕES E REDES ATRAVÉS DE HIDROJATEAMENTO, CONFORME AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC (ÓRGÃO GERENCIADOR) E PARTICIPANTES**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2.** Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

**1.3.** Fundamenta-se a presente contratação nos termos dispostos na Lei Federal 14.133/2021), pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 083/2025, pela IN SEGES/ME nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



73/2022 e suas alterações. **Processo administrativo nº. 018490/2025 - SMEC.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1 O Termo de Referência;
- 1.3.2 O Edital da Licitação;
- 1.3.3 A Proposta do contratado;
- 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2- CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses** prorrogáveis na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, combinado com Decreto Municipal nº 083/E 2025, conforme **subitem 8.3.3 do Termo de referência** (Anexo I do Edital);

**2.1.1.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

**2.2.** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;

**2.3.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;

**2.4.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação;

**2.5.** Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

## **3- CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)**

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no **TERMO DE REFERÊNCIA** (Anexo I do Edital).

## **4- CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1. Não será admitida** a subcontratação do objeto contratual, conforme **subitens 6.1 e 6.2 e subitens do Termo de Referência** (Anexo I do edital).

## **5- CLÁUSULA QUINTA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**

### **5.1. DO PREÇO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.  
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



**5.1.1.** O valor desta contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_);

**5.1.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**5.2.1. SMEC:**

**5.2.1.1.** O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Educação em **até 30 (trinta) dias** corridos, após a liquidação das notas fiscais/fatura, mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/Fatura/DANFE), devidamente atestada pelo (s) fiscal (is).

**5.2.2. SEMAD:**

**5.2.2.1.** O pagamento será efetuado pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS/SE-MADS), em **até 30 (trinta) dias** corridos, após a liquidação das Notas Fiscais/Fatura, mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/Fatura), devidamente atestada pelo(s) fiscal(is).

**5.2.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação equivalente;

**5.2.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos documentos pertinentes à contratação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa como, por exemplo, obrigação financeira pendente por parte da Contratada, decorrente de inadimplência ou penalidade imposta, o pagamento ficará sobrestado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras;

**5.2.5.** Nas hipóteses previstas nos **itens 5.2.1.1 e 5.2.2.1**, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação por parte da Contratada, não acarretando ônus à Contratante;

**5.2.6.** Quaisquer valores devidos pela CONTRATANTE, não pagos nas datas de seus respectivos vencimentos, por sua culpa, serão atualizados financeiramente desde a data devida até a data do efetivo pagamento, tendo como base o artigo 406 do Código Civil, pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = [(Taxa SELIC/30) x N] x VP**, onde:

**EM** = Encargos Moratórios;

**Taxa SELIC** = Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

**30** = número de dias do mês civil;

**N** = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso

**5.2.7.** Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital).

**6 – CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (ART. 92, V)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.  
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



- 6.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 18/05/2026, conforme subitem 13.3.1 do Termo de Referência (Anexo I do Edital);
- 6.2.** Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados, se houver solicitação ou ressalva ao direito de reajuste pelo contratado, até antes da celebração do aditamento de vigência, sendo considerado o silêncio como renúncia ou preclusão lógica;
- 6.3.** Em caso de solicitação de reajuste pelo contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
- 6.4.** Deverão ser excluídos do cálculo do efeito financeiro do reajustamento eventuais parcelas cujo fornecimento se encontrem atrasadas por culpa do contratado;
- 6.5.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 6.6.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);
- 6.7.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);
- 6.8.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;
- 6.9.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- 6.10.** O reajuste será realizado por apostilamento, sem obrigatoriedade de remessa dos autos para consulta jurídica à Procuradoria-Geral do Município;
- 6.11.** Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital).

---

**7– CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)**

---

- 7.1.** São obrigações do Contratante:
- 7.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.4.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.  
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



- 7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.8. Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 7.10. A Administração terá o prazo de **1 (UM MÊS)**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 7.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (UM MÊS)**;
- 7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 7.13. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital).

---

**8- CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

---

- 8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, Termo de Referência e demais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.2. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações e Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 8.3. Em caso de alteração do dia do serviço agendado, por qualquer das partes, estas deverão comunicar uma à outra, com **aviso prévio de 02 (dois) dias úteis** para agendamento de uma nova data, sendo juntado aos autos declaração acerca da mudança;
- 8.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.  
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



- 8.6.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 8.7.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.8.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 8.9.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 8.10.** Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital).

---



---

**9 - CLÁUSULA NONA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)**

---



---

- 9.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes no **subitem 6.11 e 6.12 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital).

---



---

**10-CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DO OBJETO (ART. 92, XIII)**

---



---

- 10.1** A garantia dos serviços deverá constar na NOTA FISCAL emitida pela CONTRATADA após a realização dos serviços e da seguinte forma:
- 10.2** O prazo máximo para a solução de qualquer problema será de uma hora antes da realização dos serviços, entregues, se comprometendo dentro do prazo estabelecido nessa garantia, refazer, substituir, os defeitos ou incorreções resultantes;
- 10.3** A garantia legal do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual;
- 10.4.** Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III deste Edital).

---



---

**11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)**

---



---

- 11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que praticar quaisquer das ações descritas nos incisos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021:
- 11.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações citadas as seguintes sanções:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.  
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



**I – Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II – Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas II a VII do caput do artigo 155 sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**III – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas VIII a XII do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas II a VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**IV – Multa:**

**1. Moratória de 1% (um por cento) por dia** de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias corridos;

**I.** O atraso superior a 60 dias corridos autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**2. Compensatória, de 5% a 10% do valor do Contrato**, estabelecida por decisão da autoridade máxima do órgão, nos termos do art. 138, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 c/c Art. 61, §3º do Decreto Municipal nº 093/2025.

**11.3.** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as outras modalidades de sanções. Além disso, a aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**11.3.1.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

**11.5.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante;

**11.6.** Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital).

---

**12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)**

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.  
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



**12.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

**12.1.1.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

**12.1.2.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

**12.1.3.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**12.2.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

**12.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

**12.2.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.2.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.3.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

---



---

**13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)**

---



---

**13.1.** O custo da presente aquisição correrá pela seguinte dotação orçamentária:

**SMEC:**

**Unidade Orçamentária:** 020701 – SMEC/CONVÊNIOS;

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**Unidade Orçamentária:** 020702 - FUNDEB

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

**SEMADS:**

**Unidade Orçamentária:** 02 31 01

**Dotação Orçamentária:** 08.122.0046.2455.0000

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.99

Tendo sido emitida as Notas de Empenho nº. \_\_\_, de \_\_\_/\_\_\_/202\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_  
 (\_\_\_\_\_);

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.  
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020  
 VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



**13.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

---



---

**14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)**

---



---

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Município de Boa Vista, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 083/2025 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

---



---

**15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

---



---

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

**15.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

**15.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria-Geral do Município, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021);

**15.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

---



---

**16- CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

---



---

**16.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

**16.2.** Compete ao gestor do contrato providenciar a publicação do extrato de eventuais termos aditivos nos meios eletrônicos oficiais, bem como o lançamento dos dados respectivos no Portal Nacional de Contratações Públicas. (art. 129 do Decreto Municipal nº 083/2025).

---



---

**17- CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (ART. 92, §1º)**

---



---

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.  
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 65709DBED





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



**17.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Boa Vista para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano]*

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.  
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCUDE**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



**ANEXO IV - MODELO DE PLANILHA / PROPOSTA DE PREÇO**

**PROCESSO N.º 018490/2025 – SMEC**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90061/2026**

**OBJETO: EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS, SOB DEMANDA, DE ESGOTO DE FOSSAS SÉPTICAS, LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA, DESENTUPIMENTOS E DESOBSTRUÇÃO DE TUBULAÇÕES E REDES ATRAVÉS DE HIDROJATEAMENTO, CONFORME AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC (ÓRGÃO GERENCIADOR) E PARTICIPANTES.**

<b>GRUPO I – AMPLA CONCORRÊNCIA</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UND.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
1	<p><b>SERVIÇO CONTÍNUO DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS, FILTROS E SUMIDOUROS.</b> A CONTRATADA DEVERÁ DRENAR ESGOTOS EM GERAL, COLUNAS, COLETORAS, ALÉM DE LIMPAR FOSSAS E FILTROS. O SERVIÇO DEVERÁ SER EXECUTADO CONFORME DEMANDA DA MUNICIPALIDADE DOS ENDEREÇOS MOSTRADOS NO ANEXO III.</p> <p>ESTE SERVIÇO DEVERÁ SER EXECUTADO POR MEIO DE EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS ATRAVÉS DA REMOÇÃO DE EFLUENTE DOS TANQUES SÉPTICOS (FOSSAS SÉPTICAS, FILTROS ANAERÓBICOS, SUMIDOURO) UTILIZANDO <b>CAMINHÃO TANQUE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 8.000 LITROS</b> COM DISPOSITIVO DE SUÇÃO DE DETRITOS, INCLUINDO TRANSPORTE E DESTINAÇÃO EM LOCAL AMBIENTALMENTE ADEQUADO DOS EFLUENTES.</p>	11.936	M³		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCUDE**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



2	<b>SERVIÇO CONTÍNUO DE LIMPEZA E DESENTUPIMENTO DOS VASOS SANITÁRIOS, PIAS E MICTÓRIOS.</b> O SERVIÇO DEVERÁ SER EXECUTADO CONFORME DEMANDA DA MUNICIPALIDADE, INCLUINDO DESLOCAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA E EQUIPAMENTOS ATÉ OS LOCAIS DE EXECUÇÃO CONFORME OS ENDEREÇOS CONSTANTES NO ANEXO III. DEVERÁ SER EXECUTADO COM USO DE EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS E ADEQUADOS À REMOÇÃO DE DETRITOS E EFLUENTES, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS.	2.560	UND.		
3	<b>SERVIÇO CONTÍNUO DE LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA.</b> O SERVIÇO DEVERÁ SER EXECUTADO CONFORME DEMANDA DA MUNICIPALIDADE DOS ENDEREÇOS MOSTRADOS NO ANEXO III. ESTE SERVIÇO DEVERÁ SER EXECUTADO POR MEIO DE EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS ATRAVÉS DA REMOÇÃO DO EFLUENTE DE CAIXAS DE GORDURA UTILIZANDO <b>CAMINHÃO-TANQUE</b> ADEQUADO COM DISPOSITIVOS DE SUÇÃO DE DETRITOS, INCLUINDO O TRANSPORTE E DESTINAÇÃO EM LOCAL AMBIENTALMENTE ADEQUADO DOS EFLUENTES.	2.394	UND.		
4	<b>SERVIÇO CONTÍNUO DE HIDRO JATO PARA DESOBSTRUÇÃO DE REDES, CANOS E TUBULAÇÕES</b> O SERVIÇO DEVERÁ SER EXECUTADO CONFORME DEMANDA DA MUNICIPALIDADE UTILIZANDO <b>CAMINHÃO DE HIDROJATEAMENTO</b> DE ALTA PRESSÃO,	5.000	METROS		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCUDE**  
**DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS**  
**UASG: 980301**



	INCLUINDO O DESLOCAMENTO DO EQUIPAMENTO ATÉ OS ENDEREÇOS CONSTANTES NO ANEXO III. A LIMPEZA SERÁ EXECUTADA ATRAVÉS DO HIDROJATEAMENTO A ALTA PRESSÃO PARA REMOÇÃO SUJEIRAS IMPREGNADAS E DESOBSTRUÇÃO EM CAIXAS DE INSPEÇÕES, TUBULAÇÕES E RALOS.				
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO I</b>					<b>RS</b>

Local de Entrega:	
Prazo de Validade Proposta:	
Prazo para o fornecimento:	
Banco:	Agência: C/C:
Boa Vista-RR, / / 2026	Ass. e Carimbo do Proponente:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 03/06/2026 08:54:06  
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLEICE MENDONÇA DA SILVA EM 03/06/2026 08:28:53

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 65709DBED

